



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1983

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Anibal Khury.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Pércles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)— Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

A Liderança do PMDB, vem indicar, para composição da CPI dos Municípios, os nomes dos seguintes Srs. Deputados:

TITULARES:

TADEU BENTO FRANÇA

EDMAR LUIZ COSTA

HOMERO OGUIDO

ROBERTO REQUIÃO

SUPLENTE:

FERRARI JÚNIOR

ERVIN BONKOSKI

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a suspensão das Sessões Plenárias dos dias 28, 30 e 31 do corrente, para que nesses dias sejam destinados à composição das Comissões da Casa.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e tendo em consideração as disposições contidas na Constituição Estadual, notadamente as inseridas em seu Art. 91, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 19 de abril de 1978, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de correspondência oficial ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, de teor seguinte:

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Interpretando as legítimas aspirações dos munícipes de Toledo externadas pela unanimidade de seus representantes à Câmara Municipal, e em especial dos moradores do Distrito Administrativo de São Pedro, daquele município, venho a Vossa Excelência, com o devido acatamento, encarecer a necessidade urgente, da criação do Distrito Judiciário de São Pedro, na forma do requerido pelo digno Vereador INNIO PAGGI, em memorável Sessão Plenária da Câmara Municipal de Toledo, cujo inteiro teor já é de seu inteiro conhecimento.

Como sabe Vossa Excelência, aquele Distrito Administrativo, hoje, carece de atendimento de Serviços Judiciários, pois distante da sede do município, acarreta a seus habitantes, pesados ônus para a obtenção do atendimento da Justiça, o que tem causado prejuízo, até, ao visível progresso da localidade.

Não só o tempo de locomoção os gastos dela advindos, tem contribuído para esta quadra de inquietação na população, mas também, as medidas que se fazem urgentes se inviabilizam pela ausência das serventias de Justiça.

Destarte, encarecemos a Vossa Excelência a tomada de medidas cabíveis ao caso, tendentes a minorar, ou mesmo eliminar os referidos problemas.

Na certeza do mais pronto atendimento da reivindicação, que ora fazemos, também, nossa, colhemos a oportunidade para manifestar nossa confiança irrestrita na mais alta corte de Justiça de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a formação de uma Comissão Interpartidária, de três Srs. Parlamentares, para acompanhar o movimento dos flagelados do Rio Paraná e participar, já no próximo dia 7 de abril, da reunião interestadual dos representantes dos flagelados no Município de Altônia, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeremos, na forma regimental, voto de regozijo pelo 93º aniversário do Município de União da Vitória.

Da decisão do presente, solicitamos que se dê ciência ao Senhor Prefeito e à Câmara Municipal daquela comarca.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.
(aa) ANTÔNIO ANIBELLI e ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, que sejam estudadas as viabilidades do pronto asfaltamento do acesso da BR-369 à Juranda, cujos planos e estudos já se encontram na referida Pasta.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos que as cidades limítrofes a Rodovia BR-369, são ligadas à mesma por acesso asfaltado, em distâncias que variam entre 4 km. a 17 km.; vejamos porém que Juranda, um jovem município, que ora inicia seus primeiros passos, não obstante ser a que fica a menor distância da citada rodovia, ainda não recebeu o benefício da BR-369 à cidade é de apenas aproximadamente 1.800 m. E, que apesar dessa estrada ser portadora de uma excelente topografia, nos tempos chuvosos, torna difícil acesso do escoamento das mercadorias às cidades de maior importância e que são as principais consumidoras. Dissemos que a topografia da referida estrada é excelente, com o intuito de esclarecer que o asfaltamento não exigirá, por certo, nenhuma obra de arte, e poucos serviços de terraplanagem, o que barateará o custo da obra. E, ainda mais por ser pequeno o trecho e por outras explicações dadas acima, compreendendo a difícil situação financeira do Estado, sugerimos ainda, como medida de economia, de que a obra seja executada por administração direta.

Justifica-se, também, o presente pedido, por, ser Juranda, um município essencialmente agrícola e seu povo ordeiro e trabalhador, muito tem contribuído com o progresso da Micro-Região e do Paraná. Assim sendo, essa rodovia a sua única e principal via de escoamento de riquezas, acreditamos que o povo jurandense merece o benefício, objeto deste requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando que a mesma determine, através da Divisão competente e dentro do menor lapso de tempo possível, que seja feito um completo levantamento da situação física em que se encontram os prédios escolares do jovem Município de Altamira do Paraná, e se constatando a realidade, determinar, pelos meios cabíveis e legais, a ampliação do existente e a construção de mais salas.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, face à precária situação em que se encontram os prédios escolares de ALTAMIRA DO PARANÁ e, mesmo por que o citado município foi instalado há pouco e encontra-se, a exemplo dos outros, em situação financeira deveras difícil. E, sendo a educação a meta primordial de qualquer governo honrado e capaz. Por isso o povo altamirense clama por este benefício que lhe é justo e altamente necessário.

Justifica-se ainda mais, o pedido de ampliação das salas de aulas visto o crescente aumento de discentes que agora acreditando no progresso do jovem município, procuram as

salas de aulas, na esperança de dias melhores.

Ainda mais, vem dar o devido respaldo ao nosso pedido, a recente criação do Curso de 2.^o Grau.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos desta Casa, no dia de hoje, o Editorial intitulado "PDS QUER UM PARANÁ LEIGO", do jornal "Indústria e Comércio" de 24/3/83, redigido pelo jornalista LUIZ GERALDO MAZZA.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Núcleo Regional do Paraná e ao Ministro da Agricultura, solicitando urgentes providências quanto à titulação das ilhas do Rio Paraná, pois a população flagelada encontra-se no mais completo abandono e não podem nem sequer pedir indenização de suas safras por não possuírem títulos que comprovem a posse da terra. São mais de 1.200 famílias acampadas em escolas, barracões e mesmo ao ar livre. Solicitamos, também, que a titulação seja feita gratuitamente, pois os flagelados não possuem recursos nem mesmo para alimentar suas famílias.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, solicitando que envie representante daquele Ministério ao Paraná para levantar a situação dos flagelados, Ilhéus e Ribeirinhos, vítimas das enchentes do Rio Paraná. Solicito, também, que o Ministro agilize a solução quanto ao reassentamento das vítimas do flagelo.

Segue anexo cópia do pronunciamento como justificativa.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem assim aos Srs. Diretor da Polícia Civil e Delegado Chefe da Divisão Policial do Interior, no sentido de que, urgentes providências sejam encetadas com vistas a urgente instalação da Subdelegacia Distrital de São Pedro, no Município de Toledo, vez que o referido Distrito Administrativo já foi criado há mais de três anos, e até então não recebeu a infra-estrutura policial necessária à manutenção da ordem pública e demais necessária ao atendimento de seus habitantes que, embora ordeiros e pacíficos, vez por outra, sofrem com a ausência deste importante serviço, pois, como é sabido, as localidades despoliciaadas são as mais visadas por meliantes e marginais, os quais aproveitam-se desta singular situação para cometerem seus reprováveis delitos.

Requer, outrossim, que a solicitação seja acompanhada do inteiro teor do requerido.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 15/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Reabilitação do Menor SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede e foro na Cidade de Palmas.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços na área de Assistência Social ao menor carente abandonado, lhe proporcionando ambiente adequado para que possa adquirir valores compatíveis com a vida em Sociedade.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na Legislação Estadual pertinente à matéria.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei, que esperamos receba o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas indagaria se há algum orador inscrito no Pequeno Expediente, eis que, eu fizera a minha inscrição e não sei se foi acatada.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vossa Excelência fará uso da palavra, como primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, é apenas para fazer um apelo ao Sr. Governador José Richa: que Sua Excelência siga o exemplo do meu ex-companheiro de partido, Leonel Brizzola, do PTB, quando ele era Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Que dê aos funcionários públicos, essa plêiade de homens e mulheres que estão passando necessidades, eis que nós sabemos perfeitamente que o Governador Hosken de Novaes deixou as “burras” do Estado do Paraná, em condições de se dar lenitivo ao funcionalismo público, que dê, e este apelo é feito, sem falso messianismo, que dê, através deste nosso apelo, pelo qual viemos aqui exclusivamente, solicitamos, e apelamos que Sua Excelência, o nosso Governador, o Governador de todos os paranaenses, que dê, seguindo o exemplo de Leonel Brizzola, que deu 70%, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa do meu Paraná, que dê 70% ou 80% ao nosso funcionalismo, como Brizzola que assim o fez, ao adentrar e ao assumir um Governo que não arrecada quanto arrecada o nosso Estado, o Estado do Paraná; então, não é um desafio ao Governador José Richa, é apenas um apelo, para que ele supra uma lacuna que existe, vinda de uma promessa eleitoreira.

O funcionalismo não aguenta mais a repercussão, a inflação e o desmando de Delfim Neto! Então, é preciso que os Deputados do PDS solicitem ao ilustre Governador, dentro do que nos foi outorgado pelo povo do Paraná, que Sua Excelência olhe para essa classe desprotegida que é a classe do funcionalismo que, dela, 80% votou em Sua Excelência.

Então esta é a hora de dar uma esperança ao funcionalismo público, uma esperança para que, de direito como teve, o

funcionário que Leonel Brizzola governa, seja beneficiado com um aumento de 70%, 80%, e a esperança do 13.º salário! Não é uma exigência porque nós não podemos exigir, porque fazemos parte de uma bancada minoritária, mas queremos, Sr. Presidente, queremos, Srs. Deputados, que o funcionalismo que votou, em massa, no Governador José Richa, saiba que, nós haveremos de lutar, a bancada do meu partido haverá de lutar para que se faça justiça, o dinheiro que o Governador Hosken de Novaes negou, aos funcionários.

Então era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, nesta manhã de sexta-feira, eu queria solicitar ao Sr. José Richa, por intermédio da bancada minoritária do PDS: que olhe pelos funcionários públicos, que “dê a César o que é de César”, que dê o 13.º e que faça, seguindo o exemplo do grande Governador Leonel Brizzola, que dê os 70, ou 80%, aos funcionários

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, segundo orador inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Desde novembro, e sem que se vislumbre a curto prazo qualquer trégua, vive a região Oeste do Estado o terrível drama das enchentes do Rio Paraná. De Guaíra a Foz do Iguaçu, milhares de desabrigados, que fugiram das ilhas ou das terras ribeirinhas apenas com roupas do corpo e alguns pertences pessoais, abrigados agora em improvisadas e precárias moradias, clamam e exigem soluções.

Ainda na quarta-feira passada, mais de 700 ilhéus e proprietários ribeirinhos, reuniram-se em assembléia geral, em Guaíra, para, ainda mais uma vez, expor seu drama, sugerir e reivindicar soluções.

Apenas em Guaíra, mais de mil famílias, perfazendo um total de cinco a seis mil pessoas, na fronteira do desespero e da desesperança, vivendo às expensas da caridade pública e da assistência social do Estado, escrevem, registram uma das crônicas mais tristes da história do Paraná.

E quem são esses ilhéus, quem é essa população ribeirinha e o que pretendem eles?

Os ilhéus são pequenos proprietários de terras que, no do Oeste do Estado, expulsos pela mecanização agrícola, expulsos pelo encarecimento e monopolização das terras daquele econômico anti-povo e anti-nacional não região - em função de um modelo econômico anti-povo e anti-nacional não tiveram outra opção que senão fugir para ilhas e lá cultivar um pedaço de terra para a sua própria sobrevivência. Os ilhéus são parentes próximos dos bóias-frias, dos favelados, desses milhões e milhões de brasileiros desempregados, vítimas de uma proposta política e econômica que a alguns poucos privilegiou e à grande maioria desgraçou.

Os proprietários de terras ribeirinhas ou são também trabalhadores e pequenos proprietários expulsos do campo, que se apossaram de pequenas faixas de terras para o cultivo da sobrevivência ou são favelados, também vítimas da especulação imobiliária ou fundiária.

E o que reivindicam, clamam e exigem eles?

Reivindicam, clamam e exigem o mesmo que a esmagadora maioria do povo brasileiro: o direito de viver.

Com todo o direito, os ilhéus e posseiros ribeirinhos querem terra, para nela trabalhar. Querem a imediata titulação das terras em que há décadas trabalhavam, para, com isso, exigir do

governo um novo pedaço de terra. Querem e exigem indenização pelos prejuízos conseqüentes das inundações.

Não pretendem, evidentemente, voltar para suas terras nas ilhas ou às margens do Rio Paraná. Com a construção da hidrelétrica de Itaipu, com a vazão das águas da hidrelétrica de Jupia, as ilhas e as margens do Rio Paraná não oferecem mais qualquer segurança.

Na assembléia de quarta-feira passada, em Guaíra, essas reivindicações, mais uma vez foram vigorosamente reafirmadas.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atendimento dessas reivindicações, como tantas outras reivindicações dos paranaenses, dependem do Governo Central e de um seu órgão ironicamente chamado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, que nem coloniza e nem reforma coisa alguma.

Da parte do Governo do Estado, o recém empossado Governador José Richa, algumas providências já começam a ser tomadas. Registre-se, por exemplo, que na assembléia de quarta-feira, pela primeira vez desde o início das enchentes do Rio Paraná, em novembro, estiveram presentes representantes oficiais do Governo. Os Secretários Nilton Friedrich, do Interior e Luiz Gordon Filho, da Saúde, para lá mandaram delegados, a fim de que, juntamente com ilhéus e sindicatos rurais da região, iniciassem estudos visando alternativas para o grave problema.

Neste sentido, algumas providências, como a agilização da ação do ITC, para a rápida titulação das terras dos posseiros, já foram tomadas. Essa titulação é essencial para que os ilhéus possam reivindicar novas terras e credenciarem-se às indenizações. Da mesma forma, através da Secretaria de Segurança, está sendo agilizada a documentação pessoal dos posseiros, uma vez que muitos nem sequer carteira de identidade possuem e isso é o primeiro passo para que os posseiros instruem o pedido de títulos das terras.

Daremos a forma, através da PROMOPAR, órgão da Secretaria de Saúde, continua a assistência alimentar e sanitária aos flagelados.

Estou sabendo ainda que os Secretários Nilton Friedrich, do Interior, Claus Germer, da Agricultura, iniciam levantamentos para buscar alternativas de reassentamento dos ilhéus e proprietários ribeirinhos em áreas do próprio Estado do Paraná. Contudo, nesse aspecto, a possibilidade de intervenção do Governo Estadual é limitada.

A solução, a verdadeira solução para esse problema, como para o longo drama dos sem terra do Paraná e de todo o País, é uma efetiva e ampla reforma agrária. No Paraná - e aí estão os dados do censo agropecuário do IBGE para conformar - assistimos a um processo de monopolização cada vez maior de nossas terras. A conseqüência sabemos qual é. A conseqüência é o bóia-fria, o migrante, o favelado. Assim, qualquer solução, por melhor que seja, que o Governo José Richa der ao problema dos ilhéus, trata-se ainda de uma solução paliativa, limitada, circunscrita a uma parcela do problema.

A grande e única solução - como têm insistido o PMDB, a Igreja, Ordem dos Advogados do Brasil, as Associações dos Agrônomos, os Sindicatos e Federações de Trabalhadores Rurais - é uma ampla e justa reforma agrária, com a transferência de terras para quem nelas efetivamente trabalham."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Preocupado com essa situação e vendo, já vimos muitas vezes, noticiário de jornais, de televisão e de rádio, já há meses, onde é retratada e triste realidade em que vive aquela população.

Achamos que esta Casa ainda permaneceu praticamente insensível com este problema. E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos a iniciativa de elaborar um requerimento, solicitando por parte dos membros da Casa, a aprovação de uma Comissão Especial de Deputados desta Casa, uma Comissão Interpartidária de Deputados desta Casa, para se dirigirem até as barrancas do rio Paraná e verem de perto o que se passa com aquela população

miseravelmente abandonada, já há 4 meses, em favelas; em igrejas; em pavilhões, em barracos de lonas. Demonstrando, assim, a triste realidade em que vive o nosso povo.

Ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a iniciativa de elaborar um requerimento, para que se aprovado por esta Casa, seja enviado um ofício ao Ministro dos Assuntos Fundiários da Nação, General Danilo Venturini, para que se preocupe com esse caso, que é um caso seríssimo, é um caso de grandes proporções e como tal merece atenção deste órgão.

Tomamos a iniciativa também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de elaborar um requerimento que requer o envio de ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Núcleo Regional do Paraná -, e ao Ministro da Agricultura, solicitando que os títulos dos flagelados do Rio Paraná sejam fornecidos o mais rápido possível, e, gratuitamente, pois que, os flagelados não possuem se quer dinheiro para pagar a própria alimentação.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar, Deputado, esse assunto é um assunto realmente importante, que tem preocupado a todos nós, que temos representatividade naquelas áreas. Esse assunto já me levou a Brasília, em uma audiência com o Ministro do Interior, Mário Andreazza, e também me levará até o dia 15, ao Governador Hosken de Novaes, para atendimento pelo menos precário até que as coisas voltem à normalidade com o abaixamento das águas do Rio Paraná, que assiste e que assistiu, neste ano de 82 e 83, neste biênio, a maior enchente de sua história.

Gostaria de fazer a Vossa Excelência uma proposição. Que Vossa Excelência, junto ao Governo do Estado, que hoje é de seu partido, procura todo o atendimento possível às populações ribeirinhas do Rio Paraná. Nós, por nosso lado, iremos fazer todo o nosso esforço e dar todo o nosso empenho, para que o Governo Federal também possa atender, não só no aspecto fundiário, que são quase todos posseiros nesta área, mas também no sentido de que existe uma verba, que estamos acompanhando junto a Brasília e que está no Planejamento ainda, de 200 milhões de cruzeiros, que é para dar uma série de soluções mais definitivas à área. Não apenas de atendimento emergência de alimentos e barracas, quando ocorre o problema das enchentes.

Gostaríamos que nos déssemos as mãos para que Governo Federal e Estadual pudessem realmente atender aquela população que necessita, urgentemente, de nossa atenção.

São situações seríssimas, são milhares de pessoas. Até falei isto ao Ministro em Brasília, quando o Nordeste dá um espirro, o Brasil inteiro tem que pagar pelo resfriado. Infelizmente, lamentavelmente, a Região Sul tida e havida como região rica. Nós temos nossos problemas pessoais, nossos problemas regionais e não temos o mesmo atendimento. Então peço que, junto com o Governador José Richa, Vossa Excelência se empenhe, diuturnamente, para dar atendimento aos nossos irmãos do Noroeste do Paraná que nós, por nosso lado, faremos todo o empenho para a recuperação desta verba que irá também atender, em caráter definitivo, muitas situações que hoje são de pânico.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que vem de encontro às nossas preocupações. Estou propondo, na data de hoje, o requerimento da formação de uma Comissão Interpartidária de Deputados para acompanhar o caso. Esperamos, nesta composição, um Deputado da bancada de Vossa Excelência que esteja a par desta situação, para somar aos outros dois Deputados do PMDB e para lá nos dirigirmos já, dia 07 de abril, quando haverá uma assembléia

de toda esta população atingida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, por dez minutos.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Anteontem havíamos feito nossa inscrição para Explicações Pessoais e, dado o adiantado da hora, responderemos aqui aquilo que não pudemos responder há dois dias. São assuntos ligados à reação de parte da Bancada do PDS, com relação a uma proposta a pedido de subsídios que formulamos para elaborar, nestes feriados, um plano global de atividades da CPI da Falência Municipalista, da CPI do Empobrecimento Progressivo dos Pequenos Municípios de nosso Estado.

Gostaríamos de tecer nossas considerações, primeiramente. Durante a proposta, o Líder do PDS, Luiz Alberto de Oliveira, de público, externou que gostaria de subscrevê-la e a sua bancada concordou em aprová-la. É por isto que nos causou estranheza certas afirmações, por exemplo, quando um dos Deputados do PDS afirmava que não via finalidade alguma na CPI por nós proposta. Ou ainda, o problema dos municípios, ora, é a falta de dinheiro! Como que se nós pudéssemos cruzar os braços e nos limitar apenas, como a resposta para sanar todos os males, à falta de dinheiro. Como se não tivéssemos obrigação cívica de deitar luzes, de prescrutar caminhos para que possam ser respostas a esta tão superficial afirmativa, no caso, a do Deputado Gulin, dizendo que não há o que debater sobre os municípios, falta de dinheiro, mais nada.

Entendo que uma colocação deste teor representa todo o estágio de superficialismo e de acomodação perante o quadro dos municípios paranaenses. É por esta razão, porque a bancada do PDS manifestou-se favoravelmente, que nós polidamente apresentamos este questionário, pedindo também a cooperação dos companheiros do PDS, para que eles nos dessem as informações que entendessem necessárias.

É claro que o Deputado pode responder, deixar de responder, entregar ou deixar de entregar. Entretanto, não se justifica uma vociferação inconseqüente, em torno de um assunto. Como por exemplo, o Deputado Gabriel Sampaio começou afirmando ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Nós concederemos, Deputado Gabriel Sampaio, posteriormente.

... começou afirmando, que no questionário, procurando apresentar falhas na própria Constituição, dizendo que não havia especificação numérica. Ora, Deputado Gabriel Sampaio, dividimos em três aspectos: primeiro: aspecto situacional, com letra a e b, separadas por espaços pontilhados; segundo: está enumerado, só não viu quem não quis ver; segundo aspecto: 2 em algarismos romanos, com letras a,b,c,d e é; o terceiro aspecto: programático, emergencial, com letras, a,c,b e d. O fecho, letras a e b.

Ora, creio que tentar desmoralizar uma iniciativa que nós estamos nos propondo com bastante seriedade, em nome de interesses, quais sejam, não sei, eu pergunto, por que é que nós vamos ter receio da verdade? Não há razão para tanto. Prosseguiu o Deputado Gabriel Sampaio, afirmando que os problemas do municipalismo são visíveis. Podem ser visíveis para Deputados do PDS, que participaram intrinsecamente, ou que pelas suas reações, devem ter acobertado certos desmandos porque gritam de medo, ante qualquer perspectiva de vir a público aquilo que o público já conhece: denúncias que estão

propaladas aos quatro cantos do Paraná.

A nossa população desconhece a estrutura municipalista em sua maioria, porque o Governo do PDS sempre foi fechado às informações para o grande público, não só do Paraná, mas do Brasil. É preciso que os problemas dos pequenos municípios, cheguem à rua; sejam debatidos, sejam acompanhados pelo povo. Outra afirmação, que nós colocamos - e afirmou o Deputado Gabriel Sampaio, sob suspeita, todos os Prefeitos do Paraná.

Ora, o Deputado que aqui tantas vezes foi citado, como que se a dizer: vejam o Deputado Hermas Brandão, foi Prefeito, não é justo pairar qualquer suspeita sobre ele.

O Deputado Hermas Brandão é o primeiro que está pretendendo, afirmando: eu gostaria que fosse feito todo um trabalho de levantamento em minha Prefeitura, porque se houver alguma irregularidade, ela viria à tona; mas como eu tenho certeza de que não há, ficaria provado o exercício íntegro de um mandato bem conduzido, como foi o mandato do então Prefeito Hermas Brandão, atual Deputado nesta Casa.

Nós não estamos, e já afirmamos várias vezes; nosso objetivo primordial não é trazer ex-Prefeitos a esta Casa, para transformá-los em supostos réus; nós pretendemos levantar um quadro muito mais sério, abrangendo a situação grave pela qual passam os municípios.

Afirmou o Deputado Gabriel Sampaio: inquéritos não cabe a esta Casa; cabe sim, Comissão Parlamentar de Inquérito; denunciar fatos, dentro da competência desta tribuna, cabe aos Srs. Deputados. Se os Prefeitos têm outros instrumentos, através dos quais eles possam legar ao público, a situação catastrófica dos municípios - e posso dar como exemplo, Deputado Gabriel Sampaio, Atalaia, perto de Maringá, ele não tem como, órgãos de imprensa nem sequer a Prefeitura dispõe de recursos, vejam bem, e ele poderá vir aqui confirmar, para pagar serviços de auditoria; não está recebendo apenas para adiantar alguma informação, um centavo de ICM. Por que? Através de procurações, através de desrespeito com o futuro, os recursos de ICM foram totalmente bloqueados com a gestão anterior. Eu pergunto: A CPI é o único instrumental através do qual um Prefeito, que recebeu a Prefeitura em situação de insolvência, em situação de falência, poderá vir dizer e apelar, e nós levantamos aquilo que para nós é o que interessa, que é a bandeira do municipalismo. Fez questão o PDS em afirmar tantas vezes, que nossa proposta, a preocupação com os municípios não é nova. De fato, o município está aí há tantos decênios, só que as chagas, a situação caótica pela qual passa a maior parte dos municípios do Paraná nunca chegou a um estágio de tamanha envergadura.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa a Vossa Excelência que os 10 minutos já estão esgotados. Consulta à Liderança do PMDB se dará mais algum tempo ao nobre Deputado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Por mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. TADEU FRANÇA — Para concluir, Sr. Presidente.

Nós não aceitamos, de forma alguma, as colocações que foram feitas. Partem do pressuposto do medo ou de qualquer outra coisa, porque quem está agindo coerentemente, ou agiu, não tem medo da verdade. Nós temos que dar uma satisfação ao Paraná sobre as inúmeras denúncias que pairam. Temos que lutar, para sanar, ir de encontro ao pequeno município em estágio, como dizia, de praticamente insolvência. Como também, concluindo Sr. Presidente, não aceitamos a forma ostensiva, estupidamente agressiva de ontem, do Deputado Gabriel Sampaio, quando, com pés de barro, como eu dizia, representando uma casta que sempre foi mantenedora da prepotência

e do arbítrio, tentou jogar lama sobre a Bancada do PMDB. Quer incoerência, nobre Deputado? Lá estão os seguidores que ficaram felizes por ver o PMDB não pode fugir de uma malha que foi criada pelo PDS, que é o partido de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu vou responder a Vossa Excelência.

O SR. TADEU FRANÇA — Tem o aparte, pode dizer, com todo o seu potencial de incoerência e insensatez, por uma culpabilidade que cabe ao PDS, ao militarismo, a essa base de barro que é representada pela insensatez. Pode falar, Sr. Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Responderei a Vossa Excelência no Grande Expediente, segunda-feira.

O SR. TADEU FRANÇA — Eu não pedi aparte a Vossa Excelência, quando Vossa Excelência explodiu. Mesmo assim, Sr. Presidente, está o aparte com o Sr. Deputado Gabriel Sampaio, ele que, como titular, seguidor do autoritarismo, sente-se feliz, numa explosão orgástica, o PMDB votando no Prefeito indireto. Não se julga uma bancada por uma atitude circunstancial. E nossa filosofia são eleições diretas.

(Discussões paralelas, completamente inaudível).— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que está terminado o seu horário, e os restante, 8 minutos, são destinados ao Deputado Mário Pereira.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência a minha inscrição para "Explicações Pessoais".

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere. Quatro minutos para o Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou ocupar a tribuna, agora, para uma comunicação breve, mas que reputo de grande importância nesse início de safra de soja, em que a região Oeste se vê prejudicada, principalmente os motoristas autônomos, os caminhoneiros autônomos, por uma série de medidas que o Governo Federal tomou, e que não levou em conta, porque são medidas contraditórias, não levou em conta a realidade do transporte de cereais.

O Código Nacional de Trânsito, Sr. Presidente, prevê que o limite máximo de carga que pode ser transportada por caminhões é de 40 toneladas, distribuído em carretas de 5 eixos, com 5 toneladas no eixo dianteiro, 10 toneladas no eixo de tração e 8,333 toneladas nos 3 eixos trazeiros, 25 mil quilos, totalizando, então, com o peso próprio do caminhão, 40 toneladas.

O Governo cobra a TRU até 45 mil quilos, verificando-se, aí, já uma incongruência, que limita em 40 toneladas a capacidade máxima de carga, e cobra imposto até sobre 45 mil quilos, e agora que nós estamos transportando a safra de soja do Oeste para o Porto de Paranaguá, nós verificamos que os caminhões que transportam soja, estão tendo dificuldade em conseguir cumprir essa determinação federal, porque os caminhões são graneleiros, e se tivéssemos que escrever um comentário a esse respeito e tivéssemos que dar um nome, nós daríamos o seguinte título: "é proibido freiar". Porque vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Federal ao longo de muitos anos, através do Banco do Brasil e de outros agentes financeiros, financiou armazéns graneleiros com balanças que pesam o caminhão por inteiro, os chamados "balanções" e agora o Governo Federal instala nas rodovias federais e o

Governo Estadual agora também começa a querer fazer essa pesagem dos caminhões por eixo.

Tem ocorrido que os caminhoneiros, transportando às vezes menos de 40 toneladas, chegam a pagar multa porque ao pesar o caminhão por inteiro, mesmo saindo com uma tonelagem abaixo da permitida, saindo às vezes com 39 mil quilos, passam por estas balanças que pesam os eixos individualmente e são multados por excesso de carga estando com a carga abaixo da permitida.

Isso tem trazido graves prejuízos aos motoristas autônomos que, em Cascavel, proprietários de carretas se elevam já a aproximadamente 500 carretas graneleiras.

Nós estamos verificando o aspecto técnico junto ao DER, quanto ao dimensionamento do pavimento. Quando é projetada uma estrada, para verificar se realmente é levado em conta, que os três eixos trazeiros não possam superar os 25 mil quilos, porque é uma pretensão dos motoristas autônomos, que como o eixo de tração é permitido 10 mil quilos, que os eixos trazeiros também seja permitida a carga de 10 mil quilos, totalizando então com o eixo dianteiro um total de 45 mil quilos, resolvendo em definitivo o problema de transporte de cereais.

Tem ocorrido também que as balanças federais funcionam durante um certo tempo e deixam de funcionar durante outro tempo, e deixando de funcionar, os cerealistas se apercebem que não estão pesando, diminui o preço do frete. O motorista carrega o seu caminhão e quando vai passar na balança, a balança voltou a funcionar sem explicação nenhuma, sem aviso algum, e o motorista paga multa, tendo tido o frete rebaixado.

Nós vamos voltar ao assunto, mas inicialmente nós queremos fazer um apelo às autoridades federais, para que analise melhor o assunto, e as autoridades estaduais nas estradas deveriam tomar providências para que os carreteiros tivessem permissão de freiar os seus veículos.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência destaca, com muita honra, a presença da Senhora Somie Buscarons, de Nova Olímpia, e também do Vereador de Rebouças, José Ayub.

Com a palavra, ainda no Horário da Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, por cinco minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Líder do PDS, em expediente endereçado ao Ministro dos Transportes, pede que o Porto de Paranaguá passe para a Administração Federal.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não podemos concordar. Quando assumimos o nosso mandato, juramos defender os interesses do Paraná. E pedir isto ao Porto de Paranaguá?! Paranaguá, inserida de maneira tão marcante na História do Paraná? Que perca a Administração do seu Porto? Não é uma tese paranista!

O Deputado do Paraná tem que lutar com todas as suas forças para preservar a autonomia deste Estado. Neste momento, em que se fala em descentralização, em recuperação da Federação Brasileira, em que o municipalismo brada para ter a sua autonomia, como é possível defender uma tese centralizadora? E nós paranaenses, que temos no Porto de Paranaguá o indicador da pujança econômica, dos milhões de toneladas de cereais dos nossos produtos que são exportados via Porto de Paranaguá, como atender, Srs. Deputados, que isto é uma tese paranista? Ou será porque querem prejudicar o Governo do PMDB? Só entendo assim. É lamentável, é chocante que, para fazer oposição a determinados homens que assumem o Governo, se parte contra os interesses do Paraná, deste Paraná, do povo que aqui reside!

O digno e ilustre Líder do PDS, quando desenvolve es-

forços para tirar a Administração, do Governo do Estado do Paraná, não está prejudicando apenas a figura de José Richa e de seus assessores, mas está extirpando, ou tentando extirpar da História do Paraná, a sua maior tradição que é o seu Porto e que hoje é a pujança econômica deste Estado! Quais os fatores que poderiam justificar isto?

Porque o Porto não está bem equipado? Porque o Porto não vem atendendo bem?

Isto, não tem procedimento. Muito embora a Administração do Porto haja sido relapsa em determinados assuntos, assim mesmo ela tem cumprido com a sua finalidade e em hoje, inclusive, aberto até ao País vizinho do Paraguai, condições para que, pelo Paraná e pelo interesse do Paraná, aqui venham fluir e serem exportadas, milhares de toneladas de produtos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lastimo que os interesses reais do Paraná, data vênica pela ilustre Bancada do PDS, não estão sendo defendidos.

Combatam, critiquem, façam o que quiserem, ao Governo do Estado, isto é um direito vosso, mas, não combatam o nosso Estado, não façam como lastimavelmente fizeram os Deputados Federais do PDS, outrora, quando votaram contra as suas próprias prerrogativas! Critiquem, intensamente, o Governo do Paraná, isto é um direito vosso, mas não combatam este Estado que é a nossa terra! Não alimentem a centralização administrativa, porque isto é autoritarismo, é voltar ao passado! Incorporem-se às novas idéias, às teses progressistas da descentralização, da recuperação da autonomia da Federação!

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o nosso protesto contra este tipo de comportamento da Oposição.

Só entendo uma coisa! como ganhamos o Governo do Estado do Paraná e desalojamos centenas de milhares de cargos públicos que passaram agora a serem preenchidos pelo PMDB, parece-me que, lastimavelmente, o PDS procura, para recolocar os seus homens, conseguir novos instrumentos, novas articulações, e nesse rôl, lastimavelmente, está entrando o Porto de Paranaguá!

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a CPI dos Municípios. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/82, de autoria do Deputado TÚLIO ZANCHET, que declara de utilidade pública o "CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII", com sede e foro no Município de Marmeleiro. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Ar. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões plenárias dos dias 28, 30 e 31 do corrente, para que esses dias sejam destinados à composição das Comissões da Casa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, encarecendo seja constituída uma Comissão de Sindicância, com o objetivo de comprovar e propor correções às anomalias eleitorais representadas por municípios com mais eleitores que habitantes. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar)

Sr. Presidente. O ilustre Deputado Tadeu França apresenta requerimento para averiguação de eventuais irregularidades ocorridas no último pleito de 1982. Entretanto, todas as providências necessárias que aquele egrégio Tribunal Regional Eleitoral deveria tomar, com relação a casos que chegaram ao conhecimento daquele Tribunal, foram tomadas. Isto é de conhecimento público. Todas elas.

A par disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o egrégio Tribunal Regional Eleitoral tem uma tradição de correição nos trabalhos eleitorais do Paraná. E o assunto em tela já se trata de matéria praticamente vencida. A eleição foi feita, resultado das urnas apurado e respeitado. Os eleitos, dos diversos municípios do Paraná, empossados.

Portanto, por se tratar de matéria vencida, no nosso entendimento, extemporânea, e porque o PDS acredita na lisura de comportamento do Tribunal Regional Eleitoral, o posicionamento da Bancada do PDS é contrário ao requerido pelo Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Em votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para encaminhar) Sr. Presidente, o requerimento proposto pelo Deputado Tadeu França, não se refere ao pleito passado, ou não pretende, desculpe, não pretende uma averiguação quanto ao pleito passado, quanto ao resultado do pleito passado.

Que nós tivemos, especialmente na região que representamos uma revoada de eleitores de um município para outro, puxados por prefeitos, para fazer a filiação de um determinado município, é um fato. Eu citaria, por exemplo, o caso de Ivatuba. Quando da apuração dos votos, o PMDB de Ivatuba entrou com uma petição junto à Justiça Eleitoral e o Juiz determinou que uma determinada urna não fosse aberta; permanecesse lacrada, porque naquela urna estariam votos de eleitores que moram em Maringá e que votaram na cidade de Ivatuba.

Depois houve uma confusão e a urna acabou sendo aberta, indevidamente; aí o Juiz ficou numa situação difícil; é um fato consumado, a urna já foi aberta e os votos foram contados.

Então, o que propõe o ilustre Parlamentar, é que seja feito um levantamento. Porque inúmeros municípios, ele tem razão, tem mais eleitores que habitantes. Como se explica isso? Então, é para o futuro. O Tribunal Regional Eleitoral teria quatro anos para acertar toda esta situação do Estado do Paraná. Acho que vem em boa hora este requerimento, e votaremos favoravelmente ao mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Sr.

Presidente. Acreditamos que o autor do requerimento está com boa vontade.

Não se trata de um caso de preclusão; um caso que já passou. Então, daqui para frente, temos que nos atentar aos homens que saem de um município pequeno e não transferem seus títulos; então, é a nossa confiança no Tribunal Regional Eleitoral, que muitas vezes não sabe das pessoas que se transferem de um lugar para outro e não têm a obrigação de transferir seus títulos; talvez seja este o caso.

Queria também pedir que nós respeitássemos os dignos representantes, os homens que gerem o nosso Tribunal Eleitoral dignos e honrados. Então é isso, Sr. Presidente, que queria eu fazer esta observação porque este caso é um caso, como disse o meu Líder, um fato consumado. Agora, se dúvida existe sobre a dignidade, a teoria e a conduta dos Desembargadores do Tribunal Eleitoral, não vamos entrar no mérito; Ivatuba talvez eu não conheça, mas sei perfeitamente da minha cidade, que é Joaquim Távora, onde nós temos 50 por cento dos eleitores que moram aqui em Curitiba, que moram em São Paulo, moram em Piracicaba e que vêm votar em Joaquim Távora.

Então é isto só o que eu queria dizer a Vossa Excelência e discordar do requerimento do ilustre Deputado autor deste pedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Está aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a verificação de votação, para saber se existe quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, e pediria também que Vossa Excelência fizesse soar os tímpanos, para que os Deputados que estivessem em seus gabinetes tivessem tempo de chegar ao plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há “quorum” para votação e a Mesa irá proceder a verificação de votação solicitada pela Liderança do PDS.

(É procedida a verificação de votação)

21 Srs. Deputados aprovam; 09 Srs. Deputados rejeitam. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja determinada a construção de uma cancha de esportes, na Escola João Teotônio Neto, no Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a Sua Excelência a Sra. Secretária da Educação, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja implantado o ensino de segundo grau nos Distritos de Rancho Alegre e IV Centenário, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando apelo no sentido de que seja autorizado aditivo contratual para serviços de terraplanagem e obra de arte, na estrada

alimentadora que liga os Distritos de Rancho Alegre, no Município de Goioerê, ao Distrito de Primavera, Município de Juranda. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, encarecendo medidas urgentes no sentido de ser reformada a Escola de 1.º Grau João Teotônio Neto, Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Ministro das Comunicações, encapando correspondência para enfatizar a necessidade da anulação da concorrência pública, para concessão de canal de radiodifusão em Ondas Médias para o Município de Quedas do Iguaçu. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, solicito a leitura na íntegra do referido requerimento.

(Deferida a solicitação e lido o requerimento.)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito que Vossa Excelência determine a leitura do documento apenso ao requerido.

O SR. PRESIDENTE — Não existe, Deputado, e sim, a justificativa. Trata-se de um requerimento com a devida justificativa.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sua Excelência O Deputado Nilso Sguarezi fala, no teor do requerimento, em um documento, ou um memorial, encapado a esse requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Para esclarecer.

A documentação deve chegar dentro de alguns instantes, porque houve um lapso do assessor que datilografou e não anexou a documentação. Foi providenciado para dentro de alguns instantes chegar à Mesa.

Acaba de chegar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa reitera ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que a documentação aqui se encontra, desde que assim entenda, pois se trata de uma farta documentação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Solicito a leitura de toda a documentação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que o faça.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê): “Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu. — Relatório.
“Senhor Ministro.

Tem o presente a finalidade de expor para Vossa Excelência a real situação em que se encontrou, em 31/01/83, a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em termos financeiros, situação dos bens (máquinas, veículos e equipamentos) e organização funcional administrativa, como segue:

1. SITUAÇÃO FINANCEIRA:

a)	Por procuração do ICM.....	Cr\$ 126.097.732,82
b)	Por contas a pagar	Cr\$ 12.926.722,34
c)	Diversos	Cr\$ 31.817.307,90
	TOTAL	Cr\$ 170.841.761,06

OBS: Todo o débito assumido com procuração do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) sofrerão aumentos conforme as ORTNs.

2. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu - PR, para o exercício financeiro de 1983, estima a receita e fixa a despesa em Cr\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros).

Na realidade, analisando a arrecadação dos meses anteriores, (janeiro e fevereiro/83), e mais dos meses do ano anterior, chegamos à conclusão que o orçamento para o exercício de 1983, foi superestimado em mais de 40 por cento, sendo que a receita efetivamente arrecadada dificilmente chegará a Cr\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros).

Situação em que foram recebidas as máquinas, veículos e equipamentos, por ocasião da posse da nossa administração:

1. MÁQUINAS

O parque de máquinas de nosso município, que conta com 09 máquinas pesadas, foi recebido com oito delas no conserto, por não apresentarem condições de uso na época.

Esses consertos destas oito máquinas foram contratados pela gestão anterior, o que vale frisar que assumimos as rédeas de um município essencialmente agrícola, sem máquinas em condições de uso para abrir novas estradas que se fazem necessárias e também impossibilitados de fazer manutenção das estradas já existentes.

Como se isso não fosse suficiente, ainda ficamos com o encargo do pagamento dessas reformas, mal programadas pela gestão anterior, que montam o valor de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

2. VEÍCULOS E CAMINHÕES

A frota de Veículos da Prefeitura Municipal, composta de 07 caminhões e 11 veículos pequenos, também foi recebida nas condições mais precárias, sendo que alguns estavam com motores fundidos e havendo a necessidade da aquisição de 98 pneumáticos para colocar em condições de uso esses veículos, o que nos cria uma despesa de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), somando o valor de aquisição dos pneumáticos mais a reforma de motores e peças.

3. ADMINISTRAÇÃO

Com relação à parte administrativa, praticamente inexistente qualquer planejamento ou fluxograma de funcionamento, o que significa novas despesas que serão geradas por demissões e admissões de pessoal no reestruturação. O custo destas operações está orçado em Cr\$... 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

RESUMO GERAL

Englobando os custos iniciais destes três tópicos abordados, mais os encargos apresentados no início desta explanação, chegamos a um déficit de Cr\$ 199.841.761,06 (cento e noventa e nove milhões, oitocentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e um cruzeiros e seis centavos).

Como se não fosse suficiente, soma-se a isto os encargos de manutenção de funcionamento da nossa Rádio Municipal FM, que tem um custo mensal de aproximadamente Cr\$.. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), custos estes que são repassados à Prefeitura Municipal que mantém a fundação à qual pertence a Rádio mencionada.

É em face de todas as dificuldades acima relatadas que nos vimos obrigados a recorrer a Vossa Excelência, para que seja revisto o processo de concessão do canal de OM, pois se o benefício do mesmo fosse usufruído pela municipalidade, os encargos referentes à manutenção da Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu poderiam ser cobertos pelos numerários advindos das receitas do funcionamento da emissora OM.

No caso da municipalidade poder vir a participar de uma nova concorrência para exploração do referido canal

de radiodifusão e lograr êxito neste propósito, os custos para a instalação de nova emissora seriam mínimos, pois o moderno prédio em que funciona a nossa Rádio FM Municipal oferece condições de abrigar as instalações da mesma, uma vez que quando foi construído era parte dos planos da administração do então Prefeito, Pedro Alzide Giraldi.

Certos de que Vossa Excelência saberá pesar os fatos com o devido critério que o assunto merece, aguardamos esperançosos o Vosso pronunciamento.

Atenciosamente,

(a) RUDI SCHAEDELER — Prefeito Municipal”.

“Quedas do Iguaçu, 10 de março de 1983.

DO: Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu

ENDEREÇO: Rua Juazeiro, 950

AO: Ministro das Comunicações

ASSUNTO: Remessa de documentos

REF: Emissora de Rádio OM

Como Vossa Excelência pode observar, todas as notícias vinculadas, quer a nível estadual ou a nível local, referem-se a: Prefeito/Prefeitura/Município, e não à pessoa particular, inclusive correspondência de empresas comerciais propondo serviços referente à rádio OM, em nome da Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu, conforme o xerox anexo.

Atenciosamente,

(a) RUDI SCHAEDELER

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Coronel HARDOLDO CORREIA DE MATTOS

DD. Ministro das Comunicações

BRASÍLIA — DF

(anexo Boletim da FAMEPAR — ininteligível)

RÁDIO MUNICIPAL FM - ZYD 381 — 92.5 MHz.

Quedas do Iguaçu — Paraná — Data 07/07/82

Quarta-Feira — Assunto: Notícias Locais — Reportagem

RM/ — O Prefeito Pedro Giraldi, foi informado através de expediente enviado pelo Deputado Federal Antônio Mazurek (PDS-PR), que todas as informações que dizem respeito ao comportamento de mercado do Município de Quedas do Iguaçu já se encontram em Brasília no Ministério das Comunicações e tão logo sejam analisadas pelo Órgão do Ministério, o Governo Federal abrirá Edital de Concorrência para o restabelecimento de uma nova estação de radiodifusão na cidade de Quedas do Iguaçu, em ondas médias, de cunho utilitário, tal como ocorre com a emissora em Frequência Modulada, porém visando a exploração comercial do serviço. A estação de radiodifusão sonora em Frequência Modulada atualmente em funcionamento na cidade de Quedas do Iguaçu, opera com fins exclusivamente educativos e culturais e seu patrimônio pertence à Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu com dotações da Prefeitura Municipal. A nova emissora OM É TAMBÉM INICIATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL e deverá receber permissão e concessão de funcionamento ainda este ano.

Notícia extraída dos Arquivos do Depto. de notícias da Rádio Municipal em 07 de julho de 1982”.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Agradeço a bondade de Vossa Excelência.

Sr. Presidente, este assunto realmente não tenho condições em analisá-lo, rapidamente, neste momento. E, não querendo

tornar ainda mais longa esta sessão, votarei favoravelmente, tendo em vista o conceito que me merece o Deputado Nilso Sguarezi.

Mas, realmente, trata-se de um assunto polêmico a respeito da concessão de um canal de rádio no Município de Quedas do Iguaçu.

Tendo em vista a argumentação exposta pelo Deputado Nilso Sguarezi, voto favoravelmente.

Mas Vossa Excelência há de concordar com esta Casa, que os Deputados estaduais, especialmente as Lideranças, deveriam estar melhor assessorados e melhor instrumentalizados para os debates dos requerimentos nesta Casa.

Então sugiro a Vossa Excelência, tendo em vista inclusive uma sugestão que recebi do eminente Deputado Rubens Bueno - Vice-Líder do PMDB, no sentido de que a Presidência adote como norma, que cada requerimento que chegue à Mesa possa ser fornecido uma xerox todo início de sessão às Lideranças, para que possam posicionar-se com melhor conhecimento de causa a respeito dos assuntos requeridos na Assembléia Legislativa.

Este é o apelo que formulo a Vossa Excelência, no sentido de que os trabalhos da Assembléia possam agilizar-se e os Deputados possam votar com conhecimento de causa todas as matérias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Essa Presidência informa a Vossa Excelência que os requerimentos vão chegando durante a sessão e ficam aqui sobre a mesa, para apreciação das Lideranças.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

Acredito que isso podia ser resolvido facilmente, se a Mesa só passasse a aceitar os requerimentos em três vias. Assim, seria destinado uma via à Mesa, uma à Liderança do PDS e uma via à Liderança do PMDB e isto não custaria trabalho nenhum ao autor do requerimento, que já o faria em três vias. E nós resolveríamos esse impasse.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Não podendo determinar essa medida, a Mesa solicita portanto às Lideranças do PDS e do PMDB, que de hoje em diante, em reuniões de bancadas, comuniquem aos Srs. Deputados que assim procedam.

Os requerimentos apresentados em três vias, pois a Mesa ficará com a posse de uma e as Lideranças com a posse das outras duas vias.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Permita-me Vossa Excelência, já que se trata de um assunto extra partidário, fazer ainda uma argumentação a Vossa Excelência.

Há um momento propício para a Mesa receber os requerimentos. É óbvio que esse requerimento, há um horário regimental para receber. A Mesa poderá fornecer cópias, os requerimentos em razão do desenvolver da sessão poderão ser obtidos pelas Lideranças.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, para sucintamente esclarecer sobre o que se trata este requerimento, o Município de Quedas do Iguaçu tem uma Fundação Municipal que sustenta a rádio FM. A documentação anexa prova que neste exercício o Município vai ter um déficit de 20 milhões de cruzeiros, porque a rádio FM é deficitária, ela tem a finalidade apenas cultural. Abriu-se um canal OM em Quedas do Iguaçu.

O ex-Prefeito Municipal, como está sobejamente provado, em várias oportunidades esclareceu à população que a Fundação Municipal iria requerer esse canal OM, para contrabalançar o prejuízo permanente que a Fundação vinha tendo em manter a rádio FM.

Muito bem. Agora que assumiu uma nova gestão no município, foi se descobrir que não foi efetivamente a Fundação que se habilitou na concorrência, mas sim, que foi o Prefeito pessoalmente, como pessoa física, que se habilitou na concorrência da rádio.

Então ele fraudou a opinião pública, porque toda a iniciativa privada que podia se habilitar na concorrência, não o fez, para que a Fundação tivesse de contrabalançar esse déficit que permanentemente a FM tem, que tem só a finalidade cultural.

Então, entramos em contato com o Ministério das Comunicações e foi pedido que justificasse a Fundação, a Prefeitura, justificasse realmente a existência desse déficit. E o requerimento que estamos encaminhando, é para que a Assembléia dê um revigoramento nesta pretensão justa ao Município de Quedas do Iguaçu. Para que a concorrência seja anulada e que se possibilite também à Fundação, participar da concorrência.

É apenas isso. Pedindo que se abra uma nova concorrência a fim de que a Fundação, que só tem o objetivo cultural, possa participar desta concorrência. Este é o objetivo do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da RADIPAR, encarecendo medidas no sentido de ser instalada uma repetidora de Televisão, no Distrito de Diamante, Município de Guaraniaçu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam instalados Postos de Saúde nos Distritos de Diamante e Borman, no Município de Guaraniaçu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que o mesmo, de acordo com a Comissão de Organização Judiciária deste Estado, determine a instalação da Comarca de Catanduvas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, manifestando a solidariedade desta Casa aos reclamos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, contidos em documento encaminhado ao Poder Executivo, em 04 de março do corrente, referente à adoção de medidas que visam a regularização de trabalho dos servidores contratados pelo regime CLT. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja estudada a viabilidade de reforma do Hospital São Sebastião, na cidade de Munhoz de Mello. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio

Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinadas providências visando a construção de um asfalto da BR de acesso Munhoz de Mello, Santa Fé, Maringá e Astorga, passando pelo Distrito de Fernão Dias. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em apelo no sentido de que seja estudada a viabilidade de reforma das Escolas Estaduais Vicente Liberato, Engenheiro João Farias Saldanha e outras. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja determinado providências para a reconstrução das pontes pertencentes ao Município de Munhoz de Mello. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade da construção de um núcleo habitacional de Munhoz de Mello. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de regozijo pelo transcurso do 93.^o aniversário de fundação do Município de União da Vitória. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e dos Esportes, encarecendo a criação de três canchas cobertas para práticas esportivas na cidade de Cianorte em diversos locais. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à escritora Maria Luisa B. Merkle, pelo lançamento de sua obra intitulada "Crônicas e Palestras" — Meio Ambiente, Comentários, Críticas e Alertas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de ser efetuado o asfaltamento do trecho da BR-376, até a cidade de Tijucas do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo sejam urgenciados os Convênios PROSAFRA com os Municípios do Sudoeste do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do edital intitulado "PDS QUER UM PARANÁ LEIGO" do Jornal "Indústria e Comércio, redigido pelo jornalista Luiz Geraldo Mazza. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Apenas para declarar meu voto favorável ao requerido. Eu conheço o teor do editorial do jornal, conheço o seu ilustre autor e ainda hoje na sessão em Explicações Pessoais, pretendo dar um posicionamento da liderança do PDS a respeito do assunto; voto favoravelmente ao requerido.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo sejam estudadas as viabilidades do asfaltamento de acesso da BR-369, a Juranda. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo estudos visando a ampliação e construção de salas de aulas em Altamira do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao INCRA, Núcleo Regional do Paraná e ao Ministro da Agricultura, encarecendo que os títulos aos flagelados do Rio Paraná sejam fornecidos o mais rápido possível e gratuitamente. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministro de Assuntos Fundiários, encarecendo que envie representante do referido Ministério ao Paraná, para levantar a situação dos flagelados Ilhéus e Ribeirinhos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a formação de uma Comissão Interpartidária, composta de três parlamentares, para acompanhar o movimento dos flagelados do Rio Paraná e participar no dia 07 de abril próximo, da reunião interestadual dos representantes dos flagelados no Município de Altônia. — Em votação.

O SR. SÉRGIO SPADA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em votação um requerimento que reputo de grande importância, para esta Casa, e para o Estado do Paraná. E para argumentá-lo, gostaria de citar alguns dados que é do meu conhecimento, sobre a real situação daqueles atingidos pelas enchentes do Rio Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta enchente atingiu aproximadamente 35 mil pessoas das regiões dos Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Só no Estado do Paraná são cerca de duas mil famílias, que equivalem a aproximadamente cinco mil pessoas, que estão vivendo em condições de vida subumanas, em barracas de lona plástica, em barracos, em barracos até mesmo de capim, em escolas, sofrendo agruras terríveis. São moradores que muitos deles, já viviam há dez, vinte anos, nas ilhas do Rio Paraná. Muitos passaram a morar nessas ilhas, a partir do momento em que se começou o processo de mecanização nas terras da região oeste, com a concentração da propriedade na mão de poucos, forçando a grande maioria para que fossem a outras terras, outros rincões, e estes infelizes, foram morar justamente em ilhas, e hoje estão sofrendo terríveis consequências. São no total, 1.208 propriedades, que são cadastradas pelo ITC e que estão submersas pelas águas do Rio Paraná, após a enchente.

Enchente esta que iniciou em 1982, em novembro e ainda hoje perdura. E a cada dia que passa a situação se torna mais crítica, mais difícil.

Pessoas que perderam suas propriedades, suas colheitas, seus próprios bens e que vivem hoje em situação difícilíssima. É só para exemplificar, em Guaíra, existe uma espécie de acampamento onde cerca de mil famílias estão ali sobrevivendo. Numa sala de aula, hoje moram, oito famílias, recebem alimentação, têm que mendigar esta alimentação do PROMOPAR

e da LBA. Pessoas que nesse ínterim, nessa época, estão transformados em verdadeiros bóias-frias, que estão transformados e trabalhando nas fazendas próximas, fazendo a colheita do algodão, mas isso nos preocupa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque está próximo o fim da safra, e a hora em que acabar essa colheita, certamente vai faltar o mercado de trabalho para essa gente ganhar o sofrido pão.

Há, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um sério risco e isso foi denunciado pelo Presidente da FETAEP, Antenor Bini, de que pode até gerar um foco de violência entre os flagelados, devido justamente a difícil situação que estão vivendo estes moradores dessa região.

Há também o perigo do surto de epidemias, de doenças, pois que, a partir do momento em que as águas do rio voltarem para o leito, certamente as propriedades dessas pessoas estarão cobertas de lama, sujeira, e isso certamente provoca também epidemias.

E para justificar a formação dessa Comissão Especial de Deputados, eu faria minhas as palavras do Frei Luiz Favaron, que disse numa entrevista ao jornal "O Estado do Paraná", referindo-se a esses flagelados. (Lê): "Eles querem uma definição — acentuou o Frei Luiz Favaron, membro da Comissão Pastoral da Terra, que assessora a Comissão de Barragens — "observando que os ilhéus e ribeirinhos não conseguiram sequer concluir qual a forma de encaminhar suas reivindicações. Por que? É tudo muito confuso nos órgãos oficiais".

Então, eu julgo de vital importância o nosso assessoramento, a nossa participação e o nosso empenho para a possível resolução dos problemas dessa população. E é por isso que estou propondo a constituição dessa Comissão, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

A Mesa solicita às Lideranças que façam as indicações dos membros da Comissão objeto do requerimento aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de reergimento pelo 93.º aniversário do Município de União da Vitória. —

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr.

Presidente, solicito a Vossa Excelência que informe o número dos componentes dessa comissão requerida pelo Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE — Três membros.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Caberá a indicação de dois membros do PMDB e um a esta Liderança.

Eu indico o Deputado Tugio Setogutte para participar da Comissão, em nome do Partido Democrático Social.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anota. Está em votação o requerimento dos Deputados Antônio Anibelli e Anibal Khury.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Para encaminhar) Eu gostaria que a Mesa, não sei se por ordem de inscrição ou de chegar primeiro a esta Presidência, nós votamos o requerimento do ilustre Deputado Ervin Bonkoski. O nosso requerimento, meu e do Deputado Anibal Khury, gostaríamos que fosse anexado ao requerimento do Deputado Ervin Bonkoski, já que o Deputado Anibal Khury e o Deputado Antônio Anibelli são os legítimos representantes votados naquele município. O Deputado Ervin Bonkoski, talvez querendo, como filho da cidade de União da Vitória, talvez amando tanto aquela terra — e não sei se é esta a sua intenção — quis se

antecipar a esses dois Deputados. E nós votamos, porque jamais votaríamos contra um requerimento em favor da cidade de União da Vitória.

Então, peço a esta Presidência, que seja anexado ao requerimento do Deputado Ervin Bonkoski, para que os Deputados Anibal Khury e Antônio Anibelli, se juntassem a essa manifestação justa em favor do aniversário de União da Vitória. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Eu

ouço hoje, no plenário, declarações de amor a União da Vitória, e vejo que há por parte dos ilustres Deputados do PMDB, até o desejo de demonstrar a prevalência de seu amor sobre outro Deputado do seu Partido. E a bancada do PDS associa-se ao requerimento do Deputado Anibal Khury, Antônio Anibelli, igualmente do Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa acata.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Samps, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem como aos Srs. Diretor da Polícia Civil e Delegado Chefe da Divisão Policial do Interior, no sentido de ser instalada Subdelegacia no Distrito de São Pedro, Município de Toledo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a urgente criação do Distrito judiciário de São Pedro, no Município de Toledo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Esta Mesa informa as presenças neste plenário, e muito honradas, dos Vereadores de Ponta Grossa, Manoel Osório Taques, Rogério Quadros e Valtemir Fernandes, bem como da Vereadora de Pirai do Sul, Ludimari Sguário.

A Casa se sente muito honrada.

A Mesa solicita também à Liderança do PDS, que faça o mais rápido possível, a indicação dos membros das Comissões Técnicas desta Casa.

Concedo a palavra, para Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente tenho que tomar o tempo de Vossas Excelências, porque inclusive vamos perder agora, ao meio-dia uma entrevista no Canal 4, onde o Governador José Richa fará importante pronunciamento; lamentavelmente não poderemos assistir, em função do prolongamento desta sessão plenária.

Inicialmente, gostaria de dizer que não desejo transformar especialmente desta tribuna, como uma extrapolação, dos problemas municipais. Não tenho nenhuma divergência pessoal com o Deputado Tadeu França, nem com o Deputado Ferrari Júnior, que são da minha cidade, Maringá, ao contrário, tenho com ambos a mais alta ligação de amizade e o respeito é recíproco. Então, não desejo que o calor das discussões, dos debates deste Plenário, venham a empanar, riscar, arranhar este relacionamento pessoal. Portanto, procurarei apenas responder a algumas acusações feitas a mim na manhã de hoje, nesta Assembléia.

Em primeiro lugar — aprovamos, por unanimidade, a constituição de CPI da Falsidade dos Municípios; além do mais, há algumas impropriedades colocadas no problema global; quem faz o roteiro, quem estabelece o roteiro de uma

CPI, é o Relator que, após a instalação da mesma, após a eleição do Presidente, do Relator, este Relator é que faz uma proposição do roteiro, aprovado pela própria CPI, que vai, depois à cata de subsídios maiores para que ela possa, então, ter o seu prosseguimento normal. O que discordamos e voltamos a insistir, isto aqui é indiscutível, disto aqui ninguém pode realmente divergir, é que o Sr. Deputado, lamentavelmente, talvez até por uma infelicidade de sua intenção inicial, nesta cata de subsídios feita através de uma circular, o primeiro assunto realmente é com respeito às suspeitas de incorreções.

O que falávamos e repetimos agora, é que, isto aqui, extrapola a competência da Assembléia, porque a nossa ingerência nos municípios é a mesma que combatemos com relação à federal, nos Estados.

Então, não podemos superar e passar por cima das Câmaras Municipais. Até neste ponto aqui eu vejo com certa estranheza o fato, porque realmente o Deputado Tadeu França foi Vereador em Maringá. Então essa competência política e administrativa inclusive porque através da Câmara é que podem ser feitas as denúncias aos poderes competentes para que se façam as averiguações necessárias, é de competência exclusiva do Poder político municipal que é a Câmara de Vereadores. Além do mais, a Assembléia que tem, na Constituição do Estado, existe a figura do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar, técnico, da Assembléia, que tem, por obrigação, a averiguação de todos esses problemas contábeis das Prefeituras Municipais.

Muito bem. Discordamos, foi disto, Discordamos, foi da colocação, da transformação, como dissemos e repetimos, de uma CPI num IPM, que é coisa bem diferente, combatida por todos nós.

Eu gostaria também de fazer uma ressalva ao nosso companheiro Deputado Donato Gulin, que infelizmente está ausente da sessão de hoje, e que é acusado pelo Deputado Tadeu França, como superficial. Acho que isso é imerecido, despropositado, uma vez que Donato Gulin foi por longos anos Vereador em Curitiba, Presidente da Câmara Municipal exercendo a Prefeitura interina de Curitiba, participou e liderou a nível nacional uma série de assembleias e simpósios a respeito de problemas municipais. É um homem que tem conhecimento de causa e não pode, no meu modo de ver, e não sou seu advogado e nem tenho procuração para isso, mas acho uma injustiça que seja acusado de superficial.

Gostaria também de dizer que parece que esta Casa está adotando como norma geral o que foi introduzido aqui mais recentemente pelo Deputado Roberto Requião, que é a forma irônica de se fazer as colocações. O Deputado, ontem, inclusive aproveitando a oportunidade, não sei se está em seu gabinete, dizia que em meu discurso, com relação à Prefeitura de Curitiba, tinha chamado o futuro Prefeito de radialista, como se isso fosse pejorativo. Quem chamou de radialista e advogado da televisão, foi o Sr. José Richa. Apenas repeti ontem aqui e acho até particularmente, se é para levar para o lado pejorativo, advogado, muito mais do que radialista. O próprio Ministro Beltrão se encarregou de fazer a nível nacional esta colocação, dizendo que ele também era advogado, como todos os brasileiros são, milhares e milhares.

Então eu gostaria, em primeiro lugar, de deixar bem claro, Deputado Tadeu França, que me ouve com atenção, eu gostaria de deixar bem claro que não transformaremos o calor dos debates em problemas pessoais. Eu não quero que amanhã sejamos acusados, companheiros do PDS ou do PMDB, de trazermos probleminhas da região da cidade de Maringá para a Assembléia Legislativa.

Não tenho nada contra o Deputado Tadeu França, ao

contrário. Admiro-o profundamente. Um homem que chegou praticamente recente em Maringá, conseguiu conquistar uma cadeira na Câmara Municipal com muito brilhantismo eleitoral e agora conseguiu, com outro brilhantismo e uma votação das mais expressivas, uma cadeira nesta Assembléia. É um homem culto, inteligente, competente, que eu respeito profundamente, mas quero que ele me respeite também, porque acho que tenho as minhas razões.

Analisarei em outra oportunidade, o que eu acho realmente do seu Partido, viu Deputado Tadeu França, e com relação ao meu partido também.

Acho que essas preocupações de ideologia, de purismo com relação a posições, inclusive ontem foram desmoronadas. Acho que o PMDB, com todo o respeito que eu tenho por seus integrantes, e pelo partido como um todo, pode falar o que quiser, pode usar o argumento que pretender, mas jamais vai tirar o fato, que foi votarem na eleição indireta que tanto combateram e seria talvez até uma piada, uma piada das mais de bom gosto dizer que o Sr. Maurício Fruet, agora Prefeito biônico da Capital, vai continuar lutando para que as capitais tenham eleições diretas. Isto é brincadeira. Acho que há um nível de bom senso, um nível de que as pessoas não podem admitir que somos tolos. Que o povo em geral, que as criaturas em geral, com uma inteligência média, não possam entender isso. O fato é que o Sr. Maurício Fruet, brilhantemente, votado, o mais votado do Paraná para Deputado Federal, hoje vai ser Prefeito biônico. O homem que liderou a nível nacional a volta das eleições diretas, agora diz o seguinte, disseram alguns membros do PMDB, que agora a Prefeitura de Curitiba vai continuar lutando por isso.

Perdoem o meu bom senso. Eu não aceito este tipo de coisa. Ontem o próprio Líder do PMDB, Nilso Sguarezi, foi honesto na tribuna, dizendo que realmente se constrangia e este foi o fato. Vossas Excelências ontem, com os 34 votos, a unanimidade de sua bancada, avalisaram as eleições de Jayme Lerner e Saul Raiz. Essa é a grande verdade.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Sr. Deputado, Vossa Excelência faz uma referência ao programa municipal e a interferência da Assembléia Legislativa no Município.

E Vossa Excelência realmente analisa um problema sério desta Casa. Quando fiz a declaração de todo pessoal e em nome da bancada a favor da constituição de uma CPI, pretendia e pretendo transformar a CPI, através da participação dos nossos Deputados, num estudo sério a respeito das causas da falência municipalista e de propostas para solucionar esse angustiante problema.

Entretanto, Vossa Excelência define bem o problema. Há que se respeitar a autonomia municipal, garantida pela Constituição e estabelecida na Lei Complementar Estadual, a Lei Orgânica dos Municípios, e que realmente haveria pelas colocações do Deputado Tadeu França, uma interferência desta Casa na autonomia municipal, que é um dos princípios da Federação brasileira.

Por outro lado, Vossa Excelência é muito feliz quando analisa a constituição da CPI. Não desconhece o Deputado Tadeu França, nem Vossa Excelência, nem esta Casa, que a comissão ainda não se instalou, que para sua instalação é necessário a eleição de um Presidente, a eleição de um relator. E é tradição deste Parlamento, que o direito das minorias seja respeitado na constituição das Comissões. Não só tradição, mas até um princípio regimental, de que os participantes do partido da minoria possam se fazer representar. E no caso da Presidência ser de um partido, o relator será de outro partido, como ocorreu com a

constituição de todas as CPIs nos últimos oito anos, nesta Casa.

Portanto, Sua Excelência o Deputado Tadeu França, autor do pedido de constituição de CPI, autor primeiro ao lado de companheiros seus, não pode arvorar-se, antecipadamente, em relator ou em presidente da CPI. Não houve ainda, democraticamente, a constituição e a eleição dos membros da CPI.

Eram esses os esclarecimentos que gostaria de prestar a Vossa Excelência neste aparte, ao reafirmar a solidariedade da bancada do PDS, ao posicionamento de Vossa Excelência, que honra este Parlamento.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Cederia o aparte ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Serei breve, Deputado, porque na próxima semana voltarei a este assunto com mais dados.

Mas, duas questões me chamaram a atenção. Primeiro, um pré-julgamento de Vossa Excelência no qual o Deputado Maurício Fruet, agora indicado como Prefeito de Curitiba, deixará de lutar pelo restabelecimento das eleições diretas nas capitais. Apenas acredito que Vossa Excelência não deve julgar os seus opositores ou os companheiros do PMDB por aquilo que a ARENA e o PDS fizeram e continuam fazendo. Infelizmente, tivemos que aprovar indiretamente o nome de Maurício Fruet para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Mas isso em nada vai diminuir a nossa luta de continuar, como bem frisou há pouco o Líder do seu Partido. Não só para restabelecimento das eleições nas Capitais, mas nas áreas de segurança e até para a Presidência da República. Continuaremos e o meu pronunciamento ontem foi nesse sentido, se Vossa Excelência teve a oportunidade de ouvi-lo. Segundo, eu devo dizer que ontem me senti profundamente chocado, quando não sei com qual objetivo Vossa Excelência dizia que um radialista vai para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Devo dizer, nobre Deputado, que me sinto profundamente honrado, por mais de 18 anos ser um profissional do rádio e da televisão. Muito mais do rádio do que da televisão. E o rádio me proporcionou a oportunidade de levar a minha mensagem, de todas as maneiras, à população de Curitiba, à cidade de Ponta Grossa, onde iniciei o meu trabalho como radialista. Sinto-me profundamente honrado. E digo um pouco mais, para ser um bom prefeito, para ser um bom político, não importa a profissão, para ser ladrão pode ser engenheiro, arquiteto, veterinário, advogado ou coisa que o valha.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vou responder em partes o parte de Vossa Excelência.

Em primeiro lugar, não pré-julguei ninguém. Porque Maurício Fruet ... o problema é de fazer e dizer. É muito fácil dizer as coisas, fazer é que são elas. Talvez o Deputado Maurício Fruet prestasse um serviço maior à causa da eleição direta, se tivesse negado a receber a Prefeitura de Curitiba por esta forma espúria.

O Sr. Nestor Baptista — E deixasse Jaime Lerner.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Não, colocaria outro companheiro de sua bancada. O problema é o seguinte: ontem — agora foi falar sobre o radialista, falei o seguinte, ontem — por coincidência está na minha mão aqui “entretanto, esta posição não subtrai os valores pessoais do radialista, advogado e Deputado mais votado, Maurício Fruet”. E quem falou radialista e advogado na televisão foi o Sr. José Richa, que falou que escolheu para Prefeito de Curitiba o radialista e advogado Maurício Fruet. Isto não é segredo para ninguém.

Agora, falando em radialista, aproveitando a ocasião, os

radialistas, na minha opinião, foram os mais privilegiados pela repressão da ditadura militar no Brasil. Porque, enquanto nós, políticos, por vocação, que iniciamos a dura caminhada para a conquista de mandatos, os radialistas tinham...

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) O tempo de Vossa Excelência está esgotado..

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Peço prorrogação. — (Assentimento)

... tinham que ir à cata dos votos, fazendo os pequenos comícios, as pequenas reuniões.

Os homens da comunicação, televisão, rádio, etc., mais rádio e depois televisão, foram os mais privilegiados. A Lei Falcão nos amordaçou, para falarmos, darmos a nossa mensagem ao grande público, porque hoje não é possível fazer mais política, de boteco em boteco, como disseram ontem aí, não há mais possibilidade física de levarmos a mensagem a grandes massas eleitorais, então os radialistas foram realmente os privilegiados. Estão aqui assentados, nas duas bancadas, alguns companheiros nossos que vieram do rádio. Alguns, Deputado Nestor Baptista, que pode ser o caso de Vossa Excelência até, com vocação para a vida pública. Outros, em todos os níveis e no País inteiro, aproveitando a popularidade. Imaginem só se o Chacrinha quisesse ser o Senador da República, o Sílvio Santos, o J. Silvestre, seriam todos. Como foi no Rio de Janeiro um cantor, Aguinaldo Timóteo, envergonhar o Parlamento brasileiro com um telefonema para sua mãe. É esta a verdade. Por isto tenho o maior respeito por Maurício Fruet. Agora, querer atribuir como se atribuiu ontem sobre a questão do radialista, não tem a menor fundamentação. Luto num partido difícil de fazer voto, no que “não vai no vento a favor”, como foi o de Vossas Excelências que varreram o Paraná, fosse bom ou não fosse, se estivesse no barco ia junto...

O Sr. Nestor Baptista — Esta é a sua opinião.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — A minha opinião pessoal que respondo por ela.

Acho que o benefício da repressão, se não derrubarmos de uma forma ou por outra a Lei Falcão, daqui mais vinte anos só vai ter radialista aqui dentro. Porque os Deputados que não têm este meio, não têm esta forma de comunicação de massa, não terão condições de levar as suas mensagens ou de ficar sempre em contato com o seu eleitorado.

Então este é um fato que acho incontestável, dentro da nossa sociedade política; não quero dizer com isto, que os radialistas que para aqui vieram — do meu partido também, vieram sem méritos. Alguns, realmente com a vocação normal, outros, porque achavam que eram populares e aproveitaram para se eleger vereadores, deputados federais, estaduais etc.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Gabriel Sampaio, Vossa Excelência pediu perdão pelas suas afirmativas; eu quero lhe conceder esse perdão; mas o pedido de perdão, será seguido de uma penitência que Vossa Excelência terá que cumprir. E a penitência é se integrar na luta pela eleição direta; e eu sugiro que esta luta seja dentro do Partido de Vossa Excelência, que está impedindo a aprovação da Emenda Benevides.

Este perdão, concedido será entretanto um perdão pessoal; nós não estamos lhe garantindo a indulgência plenária.

Muito obrigado, ilustre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado, agradeço comovido o perdão de Vossa Excelência, mas não pedi perdão para ninguém, em primeiro lugar. Em segundo lugar, estou aqui nesta tribuna já há alguns anos, e sempre fui contra a ARENA de então; eu acho ridículo, Deputado Requião, que Vossa Excelência se preocupe tanto com esse PMDB que Vossa Excelência fala;

aliás, no dia da posse do novo Governador, até foi um fato que alguns observaram, sentou na mesa, o biônico Afonso Camargo, e ficou em pé o eleito, Álvaro Dias. Então Vossas Excelências vejam esse convívio dessa mistura que hoje representa o partido de Vossas Excelências, é muito difícil; então não venham Vossas Excelências querer me dar lição de moral, ou lição de perdão ou de penitências, que eu não aceito, Deputado Requião. Respeito profundamente Vossa Excelência, fui um homem que sempre lutei pela eleição direta; sempre fui impertinente no meu partido, junto com outros companheiros; nunca me curvei; estou circunstancialmente no tal do PDS, como estive na ARENA; como estão Vossas Excelências no PMDB. Alguns companheiros do seu partido, Deputado, cansados de ser fragorosamente derrotados, em eleições pelo PDS, pela ARENA, tiveram que passar para o PMDB para ganhar eleição; e ganharam. O partido bom de fazer voto! É contra tudo. Agora, Deputado, vai ser a grande; agora sim, que vão ser purgados os pecados. O Governo de Vossas Excelência por quatro anos agora é que vai ter que dizer para que veio, ao que veio. Ontem ouvi, à meia-noite, uma entrevista do Secretário Novo, de assuntos comunitários; ele não conseguiu definir o que ele vai fazer; essa democracia participativa de Vossas Excelências, eu estou curioso para ver ela funcionar, Deputado Requião. Estou curiosíssimo. Porque Vossas Excelências é que são os representantes dela. Não têm que consultar mais ninguém; o povo quer atendimento; soluções para os seus problemas.

Então, Deputado Requião, eu dispense o perdão de Vossa Excelência, e agradeço, dispensando-o, como dispense a penitência. Sou um homem que me julgo autêntico; me julgo com o mesmo pensamento, desde os bancos da Universidade Federal do Paraná, que eu partilhei com Vossa Excelência, eu acho que nós comprovávamos, naquele tempo, os esquerdinhas festivos que vinham por lá; e hoje são os maiores burgueses a afrontar as classes mais oprimidas; e nós vemos que alguns de nós continuam mantendo uma certa coerência; porque se Vossas Excelências quiserem discutir ideologia partidária do seu partido, eu acho isso uma brincadeira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? Eu gostaria também de me inscrever...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, Vossa Excelência observa alguns posicionamentos de Deputados do PMDB, que pretendem colocar no seu raciocínio, palavras que Vossa Excelência realmente não profere, nesta manhã, na Assembléia Legislativa. Mas, isto é próprio de pessoas que analisam a democracia de uma maneira muito aristocrática, porque entendem que o seu voto tem uma validade superior ao voto de outros Deputados.

Eu entendo que isso, inclusive, demonstra a falsidade da postura pretensamente democrática destes Deputados que assim agem. Com relação ao posicionamento do radialista Maurício Fruet, até eu fui, ontem, acusado de ter feito referência, a atabalhoadamente, precipitadamente, de ter sido eu quem teria feito a referência ao radialista. Realmente, nós respeitamos muito qualquer profissão, mas nós entendemos que o fato da pessoa ser radialista não o categoriza para o exercício da função da função de Prefeito Municipal de Curitiba.

Como entender que, pelo fato de ser radialista, ele deva ser Prefeito Municipal de Curitiba?

Então, o Prefeito de Curitiba poderia ser só de uma classe? Acho que este posicionamento também não é um posicionamento democrático. O titular da vontade de nomear o Prefeito de Curitiba é o Senhor José Richa, que deve verificar as aptidões pessoais do indicado, e, após uma análise dos méritos pessoais, fazer a indicação que cabe à Bancada do PMDB, nesta Casa, coonestar com o ato de vontade unilateral do Governador do Estado. Se há

um consenso ou não no PMDB a respeito da indicação de Maurício Fruet para a Prefeitura, isto é um problema interno do PMDB, e se houve um consenso, parabeno-me com o PMDB que conseguiu indicar um Deputado Federal de seu Partido para a Prefeitura Municipal, fato que não conseguiu, parece, em outros cargos estaduais. Tanto que foi buscar uma ilustre mestra paranaense, filiada ao PDS, comprometida com o sistema educacional do Estado, de vez que exercia um cargo de confiança de escolha pessoal do Governador, para Secretaria de Educação, a par de tantas outras indicações feitas, de pessoas que participavam do nosso partido.

Mas, Vossa Excelência foi muito feliz, Deputado Gabriel Sampaio, quando fez a colocação de que o homem público só passa a ser bom quando passa para o lado do PMDB. Quando participa de outro partido político, o homem público não tem virtudes.

Ora, que entendimento de democracia é este, se democracia exige partidos políticos que, no embate das idéias possam apresentar soluções divergentes a respeito dos proglemas?

Por isso, eminente Deputado, nós podemos hoje dizer que o tempo de abertura política que vivemos, com alguns resquícios, é verdade, de regime de exceção, faz com que o homem público tenha necessariamente, que sofrer uma reciclagem e de viver um novo tempo de desafio democrático. E vai depender da seriedade da proposta, da coerência da posição, da fidelidade ao comprometimento democrático dos Parlamentares, que irá levar este País ao verdadeiro destino democrático que todos nós, homens ungidos pelas urnas populares, queremos, eminente Deputado Gabriel Sampaio. **O Sr. Mário Pereira** — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado, eu queria voltar um pouco ao seu pronunciamento, referindo-me ao aspecto da CPI da Falência dos Municípios proposta pelo Deputado Tadeu França, e deixar esse aspecto de que, se foi dito em tom irônico ou não, a palavra radialista, para quem queira discutir, porque eu acho que este é um problema de quem disse e de quem ouviu e assim entendeu, se, em tom irônico, ou não.

Mas quanto ao aspecto da CPI, acho que está se fazendo, está se querendo mudar a intenção.

Quando o Deputado Tadeu França fala no aspecto situacional, e faz as perguntas sobre irregularidades e desmandos administrativos, não quer dizer que a Assembléia esteja querendo entrar no que é da competência do município, porque eu acho que é necessário se verificar o aspecto situacional, para, depois se ir ao aspecto institucional, e que é necessário inclusive fazer, como o Deputado Donato Gulin achou que não deveria, porque todo mundo já sabe que é necessário se fazer uma reforma tributária. Mas, ocorre que, é necessário se mostrar a situação...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado, já permitirei o seu aparte continuado porque está quase no final do tempo, então eu quero só dialogar com Vossa Excelência, um minutinho.

Só com relação a isto, Deputado, o que nós contraditamos aqui, foi a infelicidade da colocação. Não vem ao caso, a divisão feita, vem ao caso, a precedência do papel, a precedência das idéias colocadas.

Elas foram colocadas assim, Deputado:

1.º ponto — Nome — qual é o Deputado — qual é o Município?

Primeira pergunta de todas — de todas!

“Principais suspeitas de incorreções administrativas ou desmandos administrativos”.

Já foi infeliz, até aí.

Aí, a infelicidade foi total, quando ele termina a frase:

“Até 1.º de fevereiro de 1983”.

Ou seja, até que assumiram os novos Prefeitos! Acho que

aqui então, a infelicidade foi total, completa, porque dá a impressão que nós queremos averiguar e queremos rebuscar apenas os mandatos dos Prefeitos, dos dois Partidos, com prevalência do nosso, na ocasião, até dia 1.º quando foi a posse dos novos Prefeitos. É esta, a colocação. Quanto à CPI eu não tenho nada, inclusive eu desejo ao Deputado Tadeu França que deverá ser o Presidente, por tradição, também nesta Casa, quem requer será o Presidente, desejo que ele conduza, da melhor forma possível, porque eu, se puder, nobre Deputado, vou colaborar para que os resultados sejam positivos, que realmente subsidiem uma solução a médio, curto e longo prazo, para esse problema grave que é o dos municípios brasileiros, que é o grande problema porque é a célula menor... (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — O seu tempo está esgotado, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para Explicações Pessoais, Sr. Presidente.

O RS. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — O nome de Vossa Excelência já está inscrito, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço a diligência da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, no horário reservado às Explicações Pessoais.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós gostaríamos de iniciar, esclarecendo o equívoco que foi levantado, sem razão de ser, pela Liderança do PDS e mais alguns Deputados.

Com relação ao nosso requerimento, é endereçado ao Tribunal Regional Eleitoral. Está aí no papel o que nós estamos pedindo, não estamos acusando a Justiça Eleitoral, de nada, não queremos que o Tribunal Regional Eleitoral vá vasculhar para chegar à conclusão sobre invalidez ou não, de eleições, é um fato consumado, e seria uma infantilidade de minha parte pretender até mesmo, esse objetivo, como, infelizmente, pretendeu o Líder do PDS nesta Casa.

O que estamos pedindo, unicamente, ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e não entendo o porquê de o PDS ter se negado, é o seguinte quadro:

Nós apresentamos um requerimento — seis municípios, e os números oficiais lá estão, em que existem mais eleitores do que habitantes. Acho que a noção mais elementar mostra este fato como um fato irregular. É uma irregularidade e se é uma irregularidade cabe um ofício ao TRE para que analise, e finalmente nós teremos outras eleições. É um quadro que foge dos padrões de normalidade.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Solicitaria que me permitisse fazer um comentário a respeito do pronunciamento do Deputado Gabriel Sampaio, mas, com respeito a esse assunto do número de eleitores maior do que o de habitantes na cidade, em 1979, em apresentei nesta Casa uma CPI que foi esvaziada por sucessivas renúncias dos membros da ARENA e depois do PDS, para apurar irregularidades no DETRAN e nós trouxemos aqui, muito bem assessorados, diga-se de passagem, pelos promotores do interior, pelo Juiz da 1.ª Vara de Acidentes de Trânsito da Capital e de outras autoridades ligadas ao setor, a verdadeira vergonha em vésperas de eleições: infelizmente — nem todos — mas infelizmente vereadores, candidatos a prefeito, deputados estaduais, candidatos a deputados federais. Muito bem. Há municípios no Paraná, Deputado e eu me lembro de Cruzeiro do Oeste, onde

me parece que a população é inferior a 15 mil habitantes e o número de carteiras é exatamente o dobro da população existente na cidade. Não sei como entender isso. O cidadão mora em Curitiba e vai buscar a carteira em Cruzeiro do Oeste. Mas isso não foi só lá, naquela região toda, Cianorte, Umuarama, Campo Mourão e outras cidades daquela região, acontecia a mesma coisa.

Infelizmente, a CPI não teve maior sucesso porque a Bancada do MDB, depois PMDB, era minoria e os membros indicados pelo PDS na primeira reunião que deveria ser feita após a indicação, acabavam renunciando e assim nós não pudemos fazer com que aquela CPI tivesse prosseguimento. Então eu tenho inclusive que, creio perfeitamente que nós poderemos, não ver o que aconteceu na eleição passada, não rebuscar o arquivo da eleição passada e me parece que é este o seu entendimento, mas a partir de agora aqui em Piraquara, vejam bem, votaram pessoas, me parece que o número aproximadamente de 800 a 1.000 pessoas que não sabem onde fica o Município de Piraquara e foram votar em Piraquara; Quatro Barras, o município onde também tive uma participação política mais atuante nos anos passados. A mesma coisa, gente que não sabe onde ficava Quatro Barras. Pensava que fosse um bairro de Curitiba, porque está ali grudado com Curitiba e foram lá votar. Parece-me que a sua medida é muito correta e nós temos que, e me parece que será esse também o entendimento da Bancada do PDS, acabar com essas situações.

Havia feito algumas anotações, mas o Deputado Gabriel Sampaio dizia da Lei Falcão. Eu digo o seguinte: a Lei Falcão não foi criada pelo PMDB, a Lei Falcão não foi criada pela Oposição. A Lei Falcão foi criada pela grande maioria da ARENA e depois ratificada pela grande maioria do PDS na Câmara Federal, no Congresso Nacional. Não fomos nós que criamos a Lei Falcão, até pelo contrário. Estamos aí lutando para que esta lei seja revogada.

Quando ele diz que alguns tem vocação para política e outros não, o Deputado Gabriel Sampaio ataca frontalmente o Deputado Erondy Silvério, que é empresário, dono de ônibus em Curitiba e que procurou no rádio uma maneira de ganhar voto. Hoje é um radialista, porque não dizer. Tem carteira, até de rádio. Atacou até o hoje Presidente do Tribunal de Contas, irmão do Deputado Luiz Alberto, Cândido Manoel Martins de Oliveira, que foi para a televisão, foi para o rádio e tem carteira de radialista, hoje. Atacou Ivan Gubert, que é Deputado Estadual e que cumpre um horário de rádio.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência tem carteira de radialista, Deputado?

O Sr. Nestor Baptista — Eu sou jornalista, Deputado, além de Bacharel em Direito.

Sou jornalista e radialista com muita honra. E também, veja vem, o Deputado Airton Cordeiro, radialista por vocação, por capacidade por se tratar de um dos mais completos radialistas que nós temos ainda hoje, no Estado do Paraná. Não vou nem falar dos companheiros da nossa bancada: Fiori Luiz, Ferrari Júnior, Edmar Luiz Costa, um brilhante advogado, mas que começou a sua carreira no rádio.

O rádio é uma grande escola e eu espero que muita gente tivesse essa escola, porque o brilhantismo seria maior. E também falou a propósito do biônico Senador do nosso Partido. Hoje, do nosso Partido. Agora, não foi nenhum membro do MDB da época e nenhum do PMDB de hoje, que indicou ou nomeou o seu Afonso Camargo Neto para Senador biônico, foi justamente o Governador do Estado do Paraná, o Sr. Ney Braga. Foi no Governo do Ney Braga, não foi no Governo do Canet Júnior, não. Não fomos nós que indicamos.

Agora, se me perguntar: vocês me endossa o biônico? Eu não posso tirá-lo do meu partido. Mas, se coubesse a mim a possibilidade de arregimentar alguém, bionicamente para o meu

partido eu votaria contra, com a maior sinceridade possível. Votaria. E, tanto que nós continuaremos, vejam bem, continuaremos, e eu espero que a ilustre Bancada do PDS continue nessa luta, para restituição em todos os níveis do direito à população de eleger os seus candidatos em todos os níveis. Esse é o nosso objetivo.

E para finalizar me permita, e eu estou me alongando, o Deputado Gabriel Sampaio abordava o aspecto da entrevista ontem à noite do Secretário dos Assuntos Comunitários. Uma Secretaria evidentemente, que terá de ser discutida, ainda daqui para frente. Ele teve pouco tempo para responder. Agora, o que me surpreende, é que o Deputado Gabriel Sampaio tenha descoberto, depois de 18 ou 19 anos, que o povo quer solução imediata. E isto, infelizmente, Deputado, nos quatro anos que aqui estive, eu não pude observar por parte da Bancada da Situação, na época. Se bem que, têm Deputados e deixo aqui bem claro, da bancada hoje minoritária, mas, ontem, majoritária nesta Casa, brilhantes lutadores, procurando as soluções para a população do Paraná e porque não dizer até para a população de maneira geral. Mas, têm Deputados que não quer nada com o basquete. Permita-me a colocação do termo.

Muito obrigado pelo seu aparte e eu procurarei ajudá-lo inclusive nesse seu objetivo, de fazer com que, as irregularidades do passado, possam ser as soluções para o futuro.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, mas, prosseguindo.

Afirmava ainda o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que eu estou me arvorando em relator ou Presidente de uma CPI que não foi ainda constituída. Primeiramente, eu fiz questão de titular subsídios, cabe a qualquer Deputado, a qualquer cidadão o direito de propor subsídios para qualquer iniciativa que seja. Então, entendo que, numa época em que lutamos pela valorização do Poder Legislativo, queira se negar ao Deputado o direito de até buscar subsídios.

Evidentemente que a CPI não foi constituída. Esperamos e os nomes já estão na Mesa para serem indicados pelo PMDB, mas nós queremos assim afirmar que não estamos querendo nos arvorar em nada, apenas como alguém que quer trabalhar por uma causa.

O Sr. Mário Pereira — Concede-me um aparte? Deputado?

Havia pedido um aparte ao Deputado Gabriel Sampaio, mas o tempo impediu que eu concluísse. Acho que esse seu propósito de desmandos administrativos de solicitar informações sobre desmandos administrativos, eu acho que é importante, porque eu quero fazer uma colocação. Com a necessidade de uma Reforma Tributária para que o município possa ao fazer o seu orçamento ter uma previsão real da receita, os municípios poderão eleger as suas prioridades, as prioridades do povo de cada um dos municípios, seus Prefeitos e Vereadores poderão assim definir, porque sabem o que vão arrecadar.

Mas hoje o que ocorre é que, dependendo da maior ou menor amizade do Prefeito com um Secretário, ou com o Governador, consegue-se através de fundos, recursos para o município. E os Prefeitos, indistintamente de qualquer partido, passam a entender que, já que estão recebendo aquele dinheiro para aquela obra específica, é melhor ter o dinheiro e aplicar ali do que deixar de pegar, mesmo que aquela obra não seja prioritária.

Para citar um exemplo, o Líder do PDS é o Deputado mais votado naquela cidade, a Cidade de Capitão Leônidas Marques recebeu da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, no ano passado, a quantia de 32 milhões e meio de cruzeiros, em diversas parcelas, sendo uma das parcelas de 24 milhões para aplicação na construção de duas praças, além de mais uma praça no terminal rodoviário, para iluminação pública e asfaltamento da Avenida Iguaçu...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência poderia esclarecer os dados que está usando, nobre Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Solicito aos Srs.

Deputados que não façam os apartes paralelos, porque tem um orador na tribuna.

O Sr. Mário Pereira — Bom, este dinheiro recebido pela Prefeitura de Capitão Enéas Marques, independentemente foi honesta ou desonestamente aplicado, o mais importante — estou citando este exemplo porque tive este dado ontem, o importante para esta CPI é demonstrar que o dinheiro levado aos municípios desta maneira, normalmente é mal aplicado em obras não prioritárias. Este, acho que é o maior escândalo no Brasil, aplicar mal o dinheiro. É muito maior a corrupção neste sentido da aplicação má dos recursos em obras não prioritárias, do que o desvio de verbas para o bolso de quem quer que seja. Isto sim seria da competência do município, na instalação de uma auditoria interna na Prefeitura, para levar à Justiça os casos de corrupção comprovada.

Mas não é corrupção para a Justiça analisar o dinheiro aplicado em obra não necessária prioritariamente. Isto é um aspecto político que a Assembléia deve verificar.

Lá em Capitão Enéas Marques, por exemplo, foi feito um módulo esportivo no CTG que é o único documento existente, hoje a Prefeitura tentando descobrir para responsabilizar a firma empreiteira, que contruiu este módulo esportivo, porque está em péssimas condições, o único documento que a Prefeitura conseguiu encontrar foi uma ata do clube em que se dizia ali estar presente o Sr. Prefeito e se propondo a destinar uma verba de sete milhões para a construção daquele módulo.

Não digo que haja este dinheiro sido aplicado desonestamente. O que quero dizer é que esta CPI é muito importante, porque tendo um dinheiro na mão que ele não previu receber e recebeu da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, ele não tinha uma destinação já anteriormente prevista para obras prioritárias para o município. Então acaba se empregando em obras que não dizem diretamente respeito aos interesses maiores do povo da comunidade.

Portanto, desmando maior é exatamente este. Não vejo como querer distorcer o sentido maior desta CPI, que é o aspecto situacional, para ver como está se aplicando mal o dinheiro, em função de não ter o município a capacidade de arrecadar os tributos necessários ao seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de Sua Excelência o Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Peço prorrogação. (Assentimento da Presidência)

Deputado Mário, a brilhante exposição de Vossa Excelência já é resposta a segunda afirmativa do Deputado Gabriel Sampaio, com relação à nossa CPI. A CPI de nossa autoria. Porque são fatos como estes que entendo que representam competência desta Assembléia.

Além do mais, os fatos apresentados por Gabriel Sampaio em termos de procedência, é tão antiga a máxima "a ordem dos fatores não altera o produto", porque colocamos alguma coisa em número um, não significa que aquilo será a mais importante, ou a razão de ser de uma própria iniciativa.

Gostaria ainda, de deixar bem claro, com relação ao Deputado Donato Gulín, não estamos fazendo nenhum ataque que seja; mas estranhamos, causou-nos estranheza o fato do Deputado afirmar. E nem queremos tirar o mérito do seu trabalho passado. Mas quando ele fala que votou a favor e alto, no que ele não acredita, porque não vai levar a nada, eu acho que pelo menos, sem demérito, a todo o seu passado, é algo que merece uma análise especial.

Citou-se aqui o problema do Prefeito de Curitiba, indicado, Maurício Fruet. Continuará batalhando sim, porque ele é do PMDB; e faz parte do PMDB; está em nosso programa a luta, por eleições diretas em todos os níveis. Como falou Nestor Baptista, não se deve julgar outrem pela própria medida; por esta razão é que nós aceitamos a acusação antecipada e precipitada que

Maurício Fruet deixará de ser aquele batalhador em favor de eleições diretas.

Gostaria de parabenizar o Deputado Gabriel Sampaio; ele afirmou, desta tribuna, que o Governo vai ter que dizer, em quatro anos a que veio. Representa isso uma grande evolução, porque há exatamente dois dias, no dia 23, anteontem, ele tentava, por antecipação fulminar o Governo, instalado há apenas oito dias, no caso. Gritando: — a que veio esse Governo? Então eu quero parabenizá-lo porque ele já admitiu, o Governo vai ter quatro anos para dizer a que veio; já que não deixa de ser uma reconsideração de uma posição que ainda anteontem não parecia ser exatamente a mesma.

Srs. Deputados, gostaríamos também de concluir, concordando em gênero, número e grau, com o Deputado Gabriel Sampaio, quando ele afirma que nós não devemos trazer para esta Assembléia, problemas domésticos, quais sejam, questões que tiveram raízes; em nossa cidade comum, que é Maringá, de fato, da minha parte, ficou totalmente impossibilitado, quando mudei para Maringá em 75, parece-me que o Deputado Gabriel Sampaio já ocupava um local nesta Casa. Jamais tivemos quaisquer atritos de ordem doméstica — entendendo por ordem doméstica o fato de residirmos na mesma cidade. Por esta razão, quando aqui apresentamos e não é do nosso feitio jamais, resumir ou transferir esta Assembléia, num esboço de problemas municipais ou querelas intestinas; aceite a colocação por ele feita, quando diz por nós, ter a maior consideração. É recíproca. Entretanto, nós devemos nos colocar, como de fato precisamos, em termos de coerência.

Acceptaremos tudo que for coerente. Entretanto, proposta ou argumentações, com o visível objetivo de deslustrar, de desmerecer a programação partidária do PMDB, de desmerecer uma iniciativa. Acusações genéricas; o Líder do PDS afirmava que o PMDB diz que o PDS afirmou aquilo que não disse. Eu diria que se tal acontece, ocorre em dimensão contrária. Ainda há pouco acabou de ser votado requerimento de minha autoria, pela minha bancada, do PMDB e qual foi a argumentação central para que o PDS se manifestasse contra? Afirmar que eu estou, em outras palavras, desacreditando ou não acreditando no Tribunal Regional Eleitoral? Afirmar que eu quero vasculhar o passado, quando os fatos já estão limitados, consumados, apresentados e não podem ser mudados; eu acho que é imputar ou apelar para razões nada óbvias, para se justificar uma atitude que não consegue manter-se em pé à luz do entendimento, da lógica, da razão.

O que nós pretendemos? Unicamente analisar um problema que sempre nos preocupou que é a nossa posição com relação ao nosso trabalho que haveremos de desenvolver, que é reafirmarmos nossa intenção básica em termos de levantar as causas e propostas sim, da problemática municipalista no Paraná; razão de ser do trabalho por nós recentemente apresentado nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro destas diretrizes, queremos ainda esclarecer: a afirmativa à autonomia municipal, é um direito. Claro que é. Não nego; nós respeitamos sim, a autonomia dos municípios. Existe uma autonomia municipal de direito. Mas não a existe de fato. E dissemos porque. Um município que está atrelado, que está manietado, nós assistimos a um verdadeiro desfile no passado de Prefeitos do PMDB, do antigo MDB, que foram encurralados, que foram praticamente forçados a desfiliarem-se do partido, devido a inexistência de autonomia de fato para os pequenos municípios. Enquanto hoje se acusa o PMDB; enquanto hoje se indaga a que vem o PMDB, em poucos dias nós podemos apresentar algumas respostas.

Prefeitos do PMDB, a eles foi negado, até mesmo o direito de atender os seus municípes, através de recursos do

PRÓ-SAFRA, por exemplo, no Vale do Ivaí — gostamos de apontar nomes para ilustrar aquilo que dizemos — ou então o Prefeito Mauro Abegaliní jamais recebeu uma quota do PRÓ-SAFRA. Aqui está o Dr. Orlando Pessutti, que, com muita propriedade, representa aquela vasta região, jamais recebeu. E qual é a resposta que os atuais Prefeitos do PDS estão encontrando junto ao DER, junto à Secretaria de Transportes, junto ao Secretário Deni Schwartz? A resposta é aquela: “Não nos importa se você é Prefeito do PDS. Mesmo que os nossos Prefeitos do passado não tenham recebido recursos do PRÓ-SAFRA, pelo crime do PMDB, aos Prefeitos do PDS será liberada uma quota igual àquela que será liberada para as cidades, cujos Prefeitos sejam do PMDB”. Eu entendo, Srs. Deputados, que esta atitude se reveste de engrandecimento, de patriotismo.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Três colocações, nobre Deputado.

Concordo com a exposição em aparte, feita pelo Deputado Mário Pereira, e vejo que a colocação do Deputado Mário Pereira, que prega a autonomia municipal na aplicação dos recursos, contraria com o posicionamento de Vossa Excelência que diz existir uma autonomia de direito e não de fato; segundo — o Deputado Deni Schwartz, hoje ocupante da Secretaria dos Transportes, nada mais faz ao fornecer os recursos do PRÓ-SAFRA do que os ex-Secretários de Estado, quando forneciam recursos para as Prefeituras do PMDB. E cito a Vossa Excelência alguns exemplos: Realeza, na minha região, região também do Deputado Deni Schwartz se vale de recursos federais encaminhados pelo Ministério dos Transportes à Secretaria, que faz o repasse do programa PRÓ-SAFRA no Paraná.

O SR. TADEU FRANÇA — Por isso, Sr. Deputado, que é muito mais grave o fato de, no passado, ter havido recusa em termos de recursos que não eram da esfera estadual, com exclusividade.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu não conheço essas recusas.

O SR. TADEU FRANÇA — Eu acabei de apontar um caso.

Poderemos até convidar para esta CPI um ex-Prefeito de Kaloré, do PMDB, Mauro Abegaliní, que jamais conseguiu receber uma quota do PRÓ-SAFRA em toda a sua administração. Concedo aparte ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti — Apenas para responder à indicação do nobre Deputado Luiz Alberto, ainda nesta semana, quando estivemos em visita à Secretaria dos Transportes, e lá pudemos nos encontrar com um ex-Prefeito de Corbélia, o Turra, e ele nos disse — e fazia até uma brincadeira — disse “Mas, como Deni, você agora vai atender a todos os elementos do PDS, se eu, durante os seis anos que estive à frente do Município de Corbélia, nunca recebi esta verba do PRÓ-SAFRA”? Então, vem de encontro àquilo que vem dizendo da tribuna o colega Tadeu, e apenas para responder de que existem, na realidade, Prefeitos do PMDB que não receberam nunca verbas do PRÓ-SAFRA que eram da responsabilidade e distribuição da Secretaria dos Transportes.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Rápido aparte, Deputado. (Assentimento)

Quero revelar a esta Casa que alguns Prefeitos do PDS se recusaram a receber auxílios do PRÓ-SAFRA, porque o convênio estabelecido entre a Secretaria de Transportes, PRÓ-SAFRA e as municipalidades, exigia contrapartida, exigia a realização de determinados serviços. E algumas Prefeituras entendiam que os recursos colocados à disposição para realização dessas obras, objetos do convênio, eram insuficientes e se recusaram a assinar. Casos do PMDB e do PDS. Eu não sei, portanto, se o caso específico de Corbélia ou de Kaloré foi resultante de uma

disposição do Secretário de Estado ou do Prefeito. Se foi do Prefeito, está respeitada a sua autonomia municipal; se foi do Secretário de Estado, é uma atitude que realmente deve ser condenada.

O SR. TADEU FRANÇA — As argumentações de Vossa

Excelência comprovam a razão de ser até de um item da CPI. Nada melhor do que apurar os fatos ouvindo as partes, ouvido a quem de direito. Mas, quando nós falamos em autonomia municipal de direito e não de fato, nós queremos deixar bem claro o porquê, fundamentar a nossa colocação. Eu não acredito e afirmava que utilizava-se a dependência econômico-financeira do município com todas as finalidades políticas que já se usava no passado, não acredito que é justo eu afirmar para alguém: "Você é independente", se eu não coloco em suas mãos as condições para essa independência.

Os nossos municípios realmente são caracterizados por esse direito, são autônomos. Só que os nossos Prefeitos — é um fato que aí está — e que nós já afirmamos desta tribuna, diariamente vêm à Assembléia, às Secretarias, ao Palácio, porque herdaram uma situação histórica e tributária, em que eles são obrigados a converterem-se em pedintes, mais nada. Eu não sei que autonomia tem o município quando, por exemplo, a sua seiva econômica...

(Ao pedido de parte de um Senhor Deputado, o aparte é rejeitado e o orador prossegue).

Apenas para concluir o meu raciocínio, Sr. Deputado, mesmo porque estamos no final e já concedi por duas vezes aparte a Vossa Excelência, quando ele fica com a parcela insignificante daquilo que saiu das suas entranhas. Nós temos, por exemplo, o ICM que representa uma insolução para os problemas municipais; temos o Fundo de Participação dos Municípios, o IPTU; o município é, hoje, o grande eixo de retrocesso a nível nacional, cada vez mais empobrecido, cada vez mais debilitado.

Em nome de uma união que não pode abrir mão de recursos, insiste-se numa pregação centralista, de não se discutir já o problema da reforma tributária. Entretanto, nós devemos batalhar, lutar, provar por fatos que os nossos municípios vão se convertendo em cidades desertas ou semi-desertas. Por quê? Não se constrói uma autonomia apenas colocando-a em Constituição ou em Estatuto, mas transformando-a em autonomia de fato, pregando-se a assistência, atendimento econômico-financeiro, recursos, mas que sejam controladas pela população, porque, lamentavelmente, o povo não tem sabido o que se passa, o que se tem passado nas esferas estaduais, municipais e federais. A nossa população desconhece, até mesmo na sua integridade plena, o caos econômico em todas as suas dimensões.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a Vossa Excelência que está esgotado o seu tempo e é improrrogável.

O SR. TADEU FRANÇA — Obrigado, Sr. Presidente. Eram as considerações que tínhamos a fazer.

O SR. PRESIDENTE — Ainda em Explicações Pessoais...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr.

Presidente, solicitaria verificação de "quorum" para ver se há condições de continuar esta sessão, porque nos parece estarem esvaziadas as duas bancadas.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Eu vejo

o interesse do Deputado Osvaldo Alencar Furtado em chamar os Deputados ao cumprimento do seu dever, à permanência nesta sessão. No entanto, Sua Excelência não quis fazer este pedido quando um companheiro seu de bancada, Deputado Tadeu França, estava ocupando a tribuna, e sabe

Sua Excelência Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que este Parlamentar inscreveu-se em Explicações Pessoais para responder às colocações tendenciosas feitas pelo Deputado Nilso Sguarezi, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Ora, há uma evidente tentativa de Sua Excelência de evitar que este Deputado ocupe a tribuna. É praxe, a Vossa Excelência sabe, como Deputado pela segunda vez, que em "Explicações Pessoais", o número de Parlamentares é reduzido, porque é uma comunicação de caráter pessoal que o Deputado faz à Casa nos termos regimentais. Lamento profundamente que o nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado tente, por este expediente, cercar a palavra deste Deputado. Ainda mais, Sr. Presidente, que na próxima semana, nós não teremos sessão neste Plenário a requerimento de um ilustre membro do PMDB. Lamento profundamente, rendo-me à contingência do Regimento, mas estabeleço aqui o meu protesto por uma atitude de caráter discriminatório que o Deputado Alencar Furtado faz com relação a esta bancada e a este Deputado.

Lamento que Sua Excelência não tenha o interesse em cuidar do cumprimento regimental quando colegas seus de partido estão na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa recebe a sua questão de ordem, Deputado e informa que ainda estão inscritos, para Explicações Pessoais, os Srs. Deputados Rubens Bueno e Luiz Alberto de Oliveira.

Consulta o Deputado Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Eu mantenho a questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa solicita do Sr. Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Responderam à chamada 11 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. TADEU FRANÇA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A sessão já está encerrada porque não há "quorum" para prosseguimento da mesma. Portanto, não pode acatar a sua questão de ordem.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 04 de abril próximo, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 132 e 137/82.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Rubens Bueno, em sessão do dia 25 de março de 1983.

"PDS QUER UM PARANÁ LEIGO"

Luiz Geraldo Mazza

O PDS está despertando com dificuldades do coice que levou em novembro. Há quem se mostre sonâmbulo como em meio a uma vigília acreditando que tudo não passou de um pesadelo. Não é fácil assumir um papel oposicionista quando houve generalizadamente a prática da subserviência ao caciquismo. Também o PMDB mostra sérios descontroles neurológicos para assumir a condição de situacionista. Governar de cima de um palanque eleitoral é algo tão chocante como acompanhar

procissão de Semana Santa com um trio elétrico. O líder do PDS, Luiz Alberto de Oliveira, que já exerceu algumas vezes um tímido papel de contestador do neysmo, mas daqueles que cochicham denúncias e de qualquer forma evitam as rupturas fortes e claras, é o defensor de uma tese curiosa — a de tornar o Estado membro da Federação, o Paraná, uma estrutura leiga em matéria de poder. Como já perdemos a TELEPAR para a insaciável hipertrofia da União — o que abre campo para nomeação de pedessistas, incapazes pelo que se vê de fazer política fora dessa perspectiva — está sugerindo que se dê o mesmo com o Porto de Paranaguá, que seja enfim engulido por mais uma pontagruel federal, a PORTOBRÁS. A tese, na verdade, foi pinçada com o objetivo de tirar sarro e fazer “surfi” irônico nas perplexidades políticas da nomeação do seu superintendente que divide peemedebistas autênticos, pepistas, fisiológicos etc. Como exercício de humor a peça não é má. Todavia resvala num velho defeito autóctone, o da prática até inconsciente da atrupopofagia. O movimento do empresariado “Paraná Unido” deve estar espantado com essa do líder do PDS. Na seqüência irão a COPEL, a SANEPAR. O Paraná se federaliza e o PDS se reemprega. Argh!

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Ordem de Serviço

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO Nº 01/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

comunicar que nos dias 28, 29 e 30 do corrente mês o expediente será normal, sendo ponto facultativo nos dias 31 de março e 1.º de abril.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de março de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 193/83

I — prover LUIZ GONZAGA ANDRAUS CYPRIANO DE MATTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rubens Bueno; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1870/83)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 23/03/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 194/83

designar NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula nº 491, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assistente de Gabinete do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 1775/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 195/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 039/82, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete do Departamento Legislativo, o funcionário DURVAL DAROS, matrícula nº 065, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o Decreto Legislativo nº 239/80, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do PTB, a funcionária CLARICE FROIS DE MIRANDA, matrícula nº 547, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

III — revogar o Decreto Legislativo nº 366/81, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do PTB, a funcionária ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula nº 410, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

IV — revogar o Decreto Legislativo nº 316/81, que designou para exercer o cargo de Chefe da Seção das Comissões, o funcionário ADILSON VICENTINI, matrícula nº 110, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1775/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 196/83

I — designar IGLAIR SMANIOTTO, matrícula nº 298, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes;

II — designar CLARICE FROIS DE MIRANDA, matrícula nº 547, funcionária do Quadro do Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Redação de Debates, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes;

III — designar LÉLINGTON LOBO FRANCO, matrícula nº 421, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Encadernação, Controle e Acabamento de Material, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes;

IV — designar ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula nº 410, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção das Comissões, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. 1775/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 197/83

prorrogar até 31 de dezembro de 1983, a permanência do funcionário FERNANDO JOSÉ PUPPI, matrícula nº 327, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ora à disposição da Secretaria de Estado da Segurança, com onus para este Poder.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 198/83

autorizar TEREZINHA MALTAURO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Acir Mezzadri, no período compreendido entre 03 a 30 de março do corrente mês. (Protoc. 1559/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 199/83

exonerar ANTONIO ÁLVARO TOSI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Deni Lineu Schwartz, ficando revogada a Portaria nº 200/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1901/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 200/83

I — exonerar ARNALDO AGENOR BERTONE, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 69/83, item II, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — exonerar MÁRIO SÉRGIO FRAGOSO DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo nº 70/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos; e,

III — prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1960/83)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 24/03/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário